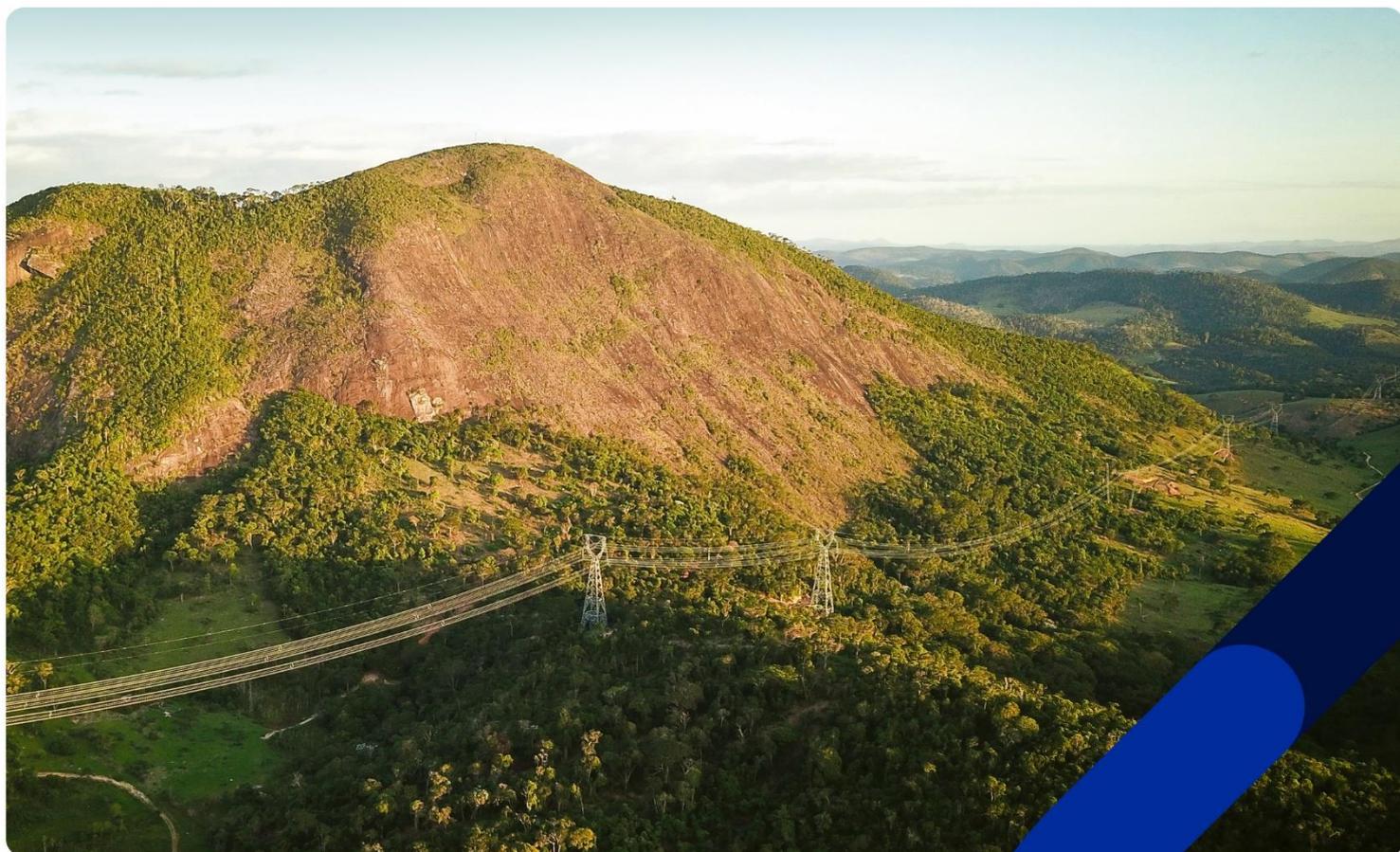




ri.taesa.com.br

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS

2T25



Eficiência que impulsiona.

Resultados do 2º trimestre de 2025



Rio de Janeiro, 13 de agosto de 2025

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA” ou “Companhia”; B3: TAEE3, TAEE4, TAEE11), um dos maiores grupos concessionários de transmissão de energia elétrica do país, anuncia hoje seus resultados do segundo trimestre de 2025.

Destaques do Resultado



Receita Líquida Reg. 6M25
R\$ 1.219,2 milhões (+5,5%)



EBITDA Reg. 6M25
R\$ 1.031,4 milhões (+7,2%)



OPEX Reg. 6M25
R\$ 187,8 milhões (-2,9%)



PV de 0,51% da Receita de Transmissão 6M25
R\$ 7,0 milhões (-73,9%)



CAPEX 6M25
R\$ 747,7 milhões (+105,4%)



Lucro Líquido Reg. 6M25
R\$ 487,7 milhões (-+0,9%)



Entrada em operação de **Pitiguari** com aprox. 24 meses de antecipação e RAP autorizada total de **R\$ 22,2 MM**



Novo ciclo RAP 2025-2026
R\$ 4,4 bilhões contratados (+7,4%)



18ª Emissão de Debêntures Verdes incentivadas no total de R\$ 800 milhões com Swap para CDI-



Anúncio de Proventos
R\$ 299,4 milhões

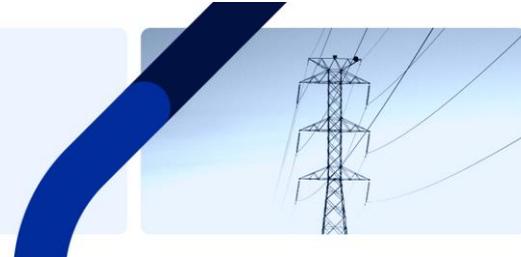
Videoconferência de Resultados

Quinta-feira, 14 de agosto de 2025
11h00 (BRT) | 10h00 (NYT)

Webcast em Português: [Clique aqui](#)
Português com tradução simultânea para o inglês

Contatos RI:
investor.relations@taesa.com.br
<https://ri.taesa.com.br/>
+55 21 2212 6000

Resultados do 2º trimestre de 2025



ÍNDICE

1.	RESUMO DO RESULTADO REGULATÓRIO	4
2.	VISÃO GERAL	6
2.1.	Estrutura Societária	6
2.2.	Estrutura Societária TBE	7
2.3.	Estrutura Societária AIE	7
3.	DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	8
3.1.	Desempenho Operacional	8
3.2.	Ciclo da RAP 2024-2025	9
3.3.	Resultado Regulatório	11
3.3.1.	Receita Líquida	11
3.3.2.	Custos, Despesas, Depreciação e Amortização	12
3.3.3.	EBITDA e Margem EBITDA	13
3.3.4.	Composição do EBITDA	14
3.3.5.	Resultado de Equivalência Patrimonial	15
3.3.6.	Resultado Financeiro Líquido	16
3.3.7.	Impostos	17
3.3.8.	Lucro Líquido	19
3.4.	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	20
3.5.	Endividamento	21
3.6.	Empreendimentos de Grande Porte em Implantação	23
3.6.1.	Investimentos	24
3.6.2.	Premissas Divulgadas	25
3.6.3.	Status dos Projetos	26
3.7.	Resultado Societário (IFRS)	30
3.7.1.	Receita Líquida	30
3.7.2.	Custos, Despesas, Depreciação e Amortização	32
3.7.3.	Resultado de Equivalência Patrimonial	33
3.7.4.	Resultado Financeiro Líquido	33
3.7.5.	Impostos	34
3.7.6.	Lucro Líquido	35
4.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	36
4.1.	Valor Residual	36
4.2.	Movimentação do Ativo Contratual (IFRS)	37
4.3.	DRE 2T25	38
4.4.	DRE 6M25	39
4.5.	DRE Regulatório 2T25 (Subsidiárias)	40
4.6.	DRE Regulatório 6M25 (Subsidiárias)	41
4.7.	DRE IFRS 2T25 (Subsidiárias)	42
4.8.	DRE IFRS 6M25 (Subsidiárias)	43
4.9.	Conciliação DRE IFRS x Regulatório	44
4.10.	Balanço Patrimonial	45
4.11.	Fluxo de Caixa Regulatório	46
4.12.	Fluxo de Caixa IFRS	47

Resultados do 2º trimestre de 2025



1. RESUMO DO RESULTADO REGULATÓRIO

Regulatório Consolidado						
R\$ MM	2T25	2T24	Var.%	6M25	6M24	Var.%
Disponibilização do sistema de transmissão	688,7	651,0	5,8%	1.358,4	1.310,6	3,6%
Parcela variável	(0,2)	(6,8)	-96,8%	(7,0)	(26,7)	-73,9%
Outras receitas operacionais	0,3	0,3	3,8%	0,7	0,6	24,1%
Receita operacional bruta	688,8	644,6	6,9%	1.352,1	1.284,5	5,3%
Deduções da receita bruta	(67,6)	(64,9)	4,2%	(132,9)	(128,9)	3,1%
Receita operacional líquida	621,3	579,7	7,2%	1.219,2	1.155,5	5,5%
Custos e Despesas	(99,5)	(94,5)	5,3%	(187,8)	(193,5)	-2,9%
EBITDA	521,7	485,2	7,5%	1.031,4	962,0	7,2%
<i>Mg. EBITDA</i>	<i>84,0%</i>	<i>83,7%</i>	<i>0,3 pp</i>	<i>84,6%</i>	<i>83,3%</i>	<i>1,3 pp</i>
Depreciação e amortização	(102,2)	(87,3)	17,0%	(192,5)	(175,6)	9,6%
EBIT	419,6	397,9	0,6%	838,8	786,4	6,7%
Resultado de equivalência patrimonial	105,7	97,6	8,3%	204,2	206,2	-1,0%
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(227,1)	(202,9)	12,0%	(571,4)	(504,8)	13,2%
Resultado antes dos impostos e contribuições	298,2	292,6	1,9%	471,7	487,9	-3,3%
Imposto de renda e contribuição social	1,2	1,4	-12,9%	16,0	(4,3)	-
Lucro líquido do exercício	299,4	294,0	1,8%	487,7	483,5	0,9%

Regulatório Consolidação Proporcional						
R\$ MM	2T25	2T24	Var.%	6M25	6M24	Var.%
Disponibilização do sistema de transmissão	950,4	903,8	5,2%	1.882,6	1.817,3	3,6%
Parcela variável	(0,4)	(7,3)	-95,2%	(8,0)	(27,2)	-70,4%
Outras receitas operacionais	0,3	0,3	3,8%	0,7	0,6	24,1%
Receita operacional bruta	950,4	896,8	6,0%	1.875,3	1.790,7	4,7%
Deduções da receita bruta	(91,2)	(88,5)	3,0%	(180,1)	(176,2)	2,2%
Receita operacional líquida	859,2	808,3	6,3%	1.695,2	1.614,5	5,0%
Custos e Despesas	(133,2)	(113,8)	17,1%	(228,2)	(229,9)	-0,7%
EBITDA	726,0	694,6	4,5%	1.467,0	1.384,6	5,9%
<i>Mg. EBITDA</i>	<i>84,5%</i>	<i>85,9%</i>	<i>-1,4 pp</i>	<i>86,5%</i>	<i>85,8%</i>	<i>0,8 pp</i>
Depreciação e amortização	(115,6)	(113,5)	1,9%	(244,3)	(227,9)	7,2%
EBIT	610,5	581,1	5,1%	1.222,7	1.156,7	5,7%
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(283,9)	(252,9)	12,2%	(697,8)	(619,4)	12,7%
Resultado antes dos impostos e contribuições	326,6	328,2	-0,5%	524,9	537,3	-2,3%
Imposto de renda e contribuição social	(13,5)	(20,5)	-34,1%	(9,9)	(26,5)	-62,7%
Amortização do Ágio TBE	(13,6)	(13,6)	0,0%	(27,3)	(27,3)	0,0%
Lucro líquido do exercício	299,4	294,0	1,8%	487,7	483,5	0,9%

Endividamento			
R\$ MM	2T25	2T24	Var.%
Dívida Líquida	11.681,1	11.106,1	5,2%
Dívida Líquida/EBITDA	4,1	4,0	0,0 pp

Obs.: Visão Proporcional

Resultados do 2º trimestre de 2025



Resumo das Principais Explicações (2T25 x 2T24):

TEMA	RESUMO
Receita de Transmissão de Energia*	Aumento de 5,8% é explicado pela entrada em operação de Pitiguari e dos reforços da Novatrans, pelo incremento pontual de receita de R\$ 17,6 MM referente ao processo fiscalizatório da RTP do ciclo anterior, e pelo reajuste inflacionário do IPCA. Este aumento foi compensando, em parte, pelo reajuste negativo do IGP-M no mesmo ciclo.
Parcela Variável	Melhora de R\$ 6,6 MM se deve, principalmente, a menor volume de desligamentos e reversão de provisão referente a um evento na ETEO neste trimestre e ao evento de maior impacto em Sant'Ana no 2T24.
OPEX	Crescimento de 5,3% no OPEX é motivado pelo efeito inflacionário nos custos e despesas, maiores provisões para contingências e por eventos não recorrentes nas linhas de Pessoal no 2T25 e Serviços de Terceiros no 2T24. Excluindo estes eventos não recorrentes, o aumento no OPEX foi de 8,1% em função basicamente das maiores provisões para contingências.
D&A	Aumento de 17,0% refere-se basicamente às unitizações de ativos realizadas entre 4T24 e 2T25.
Equivalência Patrimonial	Aumento de 8,3% é explicado pela renovação do benefício fiscal SUDAM na EATE (TBE) no 3T24 e pelo reajuste inflacionário do IPCA, compensados em parte por maiores despesas financeiras líquidas nas concessões de Ivaí e TBE e pelo reajuste inflacionário negativo do IGP-M.
Resultado Financeiro	Crescimento de 11,9% é resultado basicamente do aumento da dívida líquida, dos índices macroeconômicos (CDI e IPCA) e do custo real da dívida.
IR/CS	Redução de 12,9% se deve, principalmente, a maior dedução de JCP distribuído e aumento dos benefícios fiscais gerado pelas empresas de lucro presumido, parcialmente compensados pelo ajuste extemporâneo de passivos diferidos em Saíra e redução dos incentivos fiscais SUDAM/SUDENE.

* Para efeitos das explicações do Release de Resultados, definimos como "Receita de Transmissão de Energia" ou apenas "Receita de Transmissão" a receita de disponibilização do sistema de transmissão relativo ao reconhecimento da Receita Anual Permitida no resultado regulatório da Companhia.

Resultado Societário (IFRS):

O resultado IFRS consta ao final deste release na seção 3.7. Para maiores detalhes sobre este resultado, acesse as demonstrações de resultados findo em 30 de junho de 2025.

Resultados do 2º trimestre de 2025



2. VISÃO GERAL

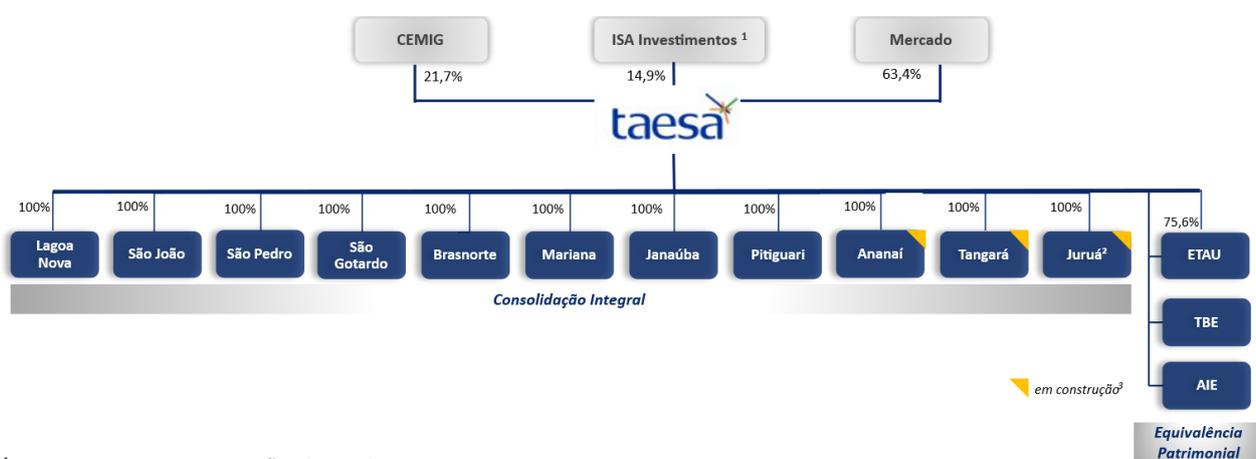
2.1. Estrutura Societária

As 44 concessões/participações de transmissão detidas pela TAESA estão segregadas em: (i) 14 concessões que compõem a empresa *holding* (TSN, Novatrans, ETEO, GTESA, PATESA, Munirah, NTE, STE, ATE, ATE II, ATE III, Sant'Ana, Saíra e Miracema), (ii) 11 investidas integrais (Brasnorte, São Gotardo, Mariana, Janaúba, São João, São Pedro, Lagoa Nova, Ananaí, Pitiguari, Tangará e Juruá); e (iii) 19 participações (ETAU e os grupos AIE e TBE). Em 29 de dezembro de 2023, foi celebrado a incorporação das controladas ATE III, Sant'Ana e Saíra, enquanto a incorporação de Miracema foi celebrada em 30 de abril de 2024.

Atualmente, a Companhia possui 4 empreendimentos de grande porte em construção (Ananaí, Tangará, Saíra e Juruá) e 7 reforços de maior porte em 6 concessões (TSN, São Pedro, ATE, ATE III, EATE e ENTE). Vide status dos empreendimentos e reforços na seção 3.6.

Em 27 de setembro de 2024, a Companhia sagrou-se vencedora na disputa pelo lote 3 do Leilão de Transmissão ANEEL 02/2024, nomeado de Juruá Transmissora de Energia Elétrica S.A. (Juruá), cujo contrato de concessão foi assinado em 9 de dezembro de 2024.

Para maiores informações de organograma, vide a página de Estrutura Societária no site de RI da Companhia: <https://ri.taesa.com.br/governanca-corporativa/estrutura-societaria/>



¹ ISA Investimentos e Participações do Brasil S.A.

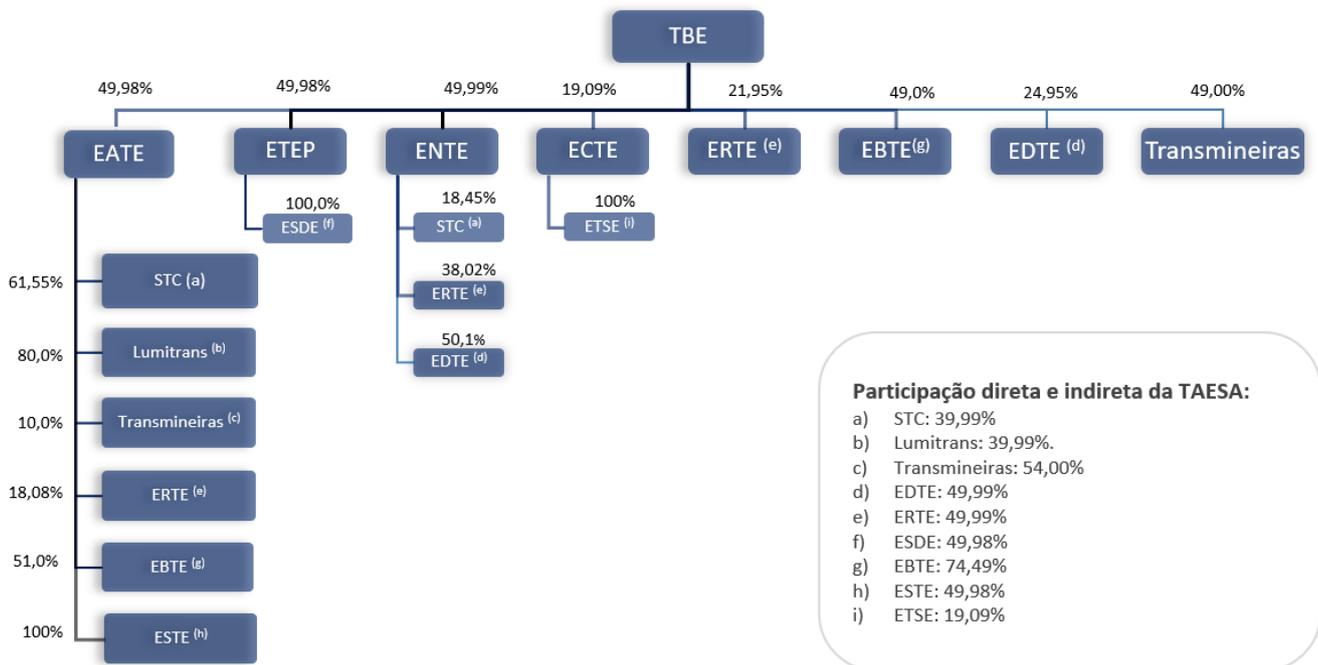
² Juruá – Lote 3 adquirido no Leilão ANEEL 02/2024, cujo contrato de concessão foi assinado em 09/12/2024.

³ Saíra foi incorporada à TAESA em 29/12/23, mas continua em construção.

Resultados do 2º trimestre de 2025

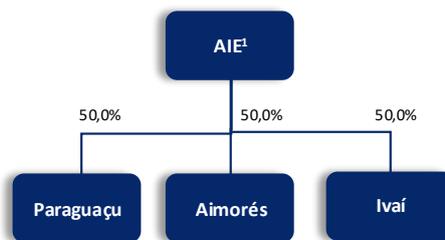


2.2. Estrutura Societária TBE



TBE - Transmissora Brasileira de Energia é um grupo econômico resultado da Parceria dos acionistas majoritários, TAESA e Alupar.
 Transmineiras - Conjunto de participações em 3 concessões: Transirapé (54,0%), Transleste (54,0%) e Transudeste, cuja gestão operacional é realizada pelo grupo TBE.

2.3. Estrutura Societária AIE



¹AIE é um grupo econômico com participação de 50% TAESA e 50% ISA Energia Brasil

Resultados do 2º trimestre de 2025



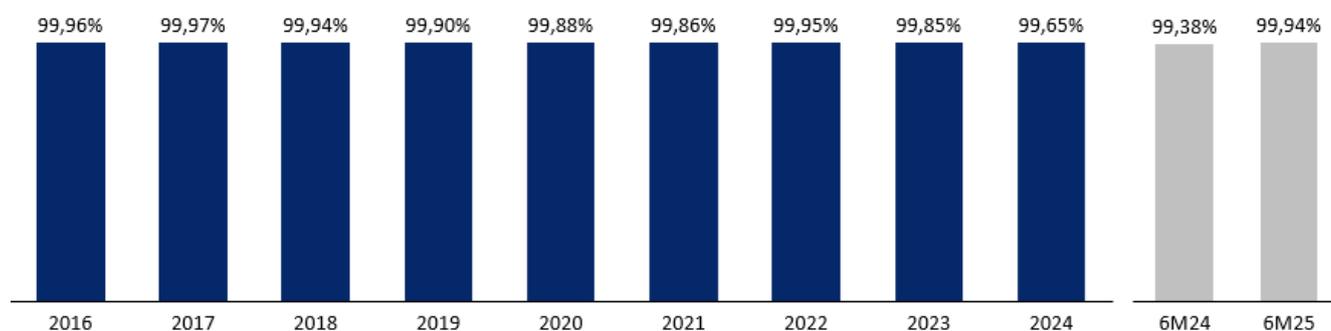
3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1. Desempenho Operacional

Índice de Disponibilidade

O Índice de Disponibilidade é uma medida de tempo, sendo estritamente um indicador operacional. O cálculo consiste em: número de horas que a linha fica disponível, dividido pelo número de horas contidas em 1 ano (8.760 horas), medido por trechos de 100km.

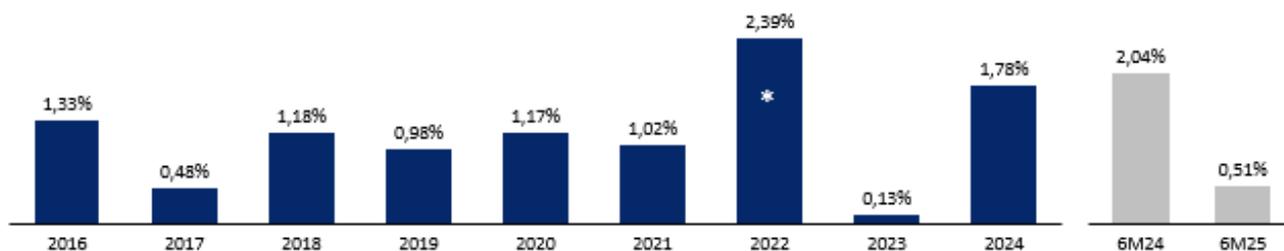
Alinhado com o alto desempenho operacional verificado ao longo dos anos, a TAESA tem apresentado um alto índice disponibilidade, conforme gráfico abaixo, que apresenta o desempenho consolidado da Companhia, sem considerar as suas participações (ETAU, AIE e TBE).



Parcela Variável

O indicador que mostra o impacto da indisponibilidade de transmissão na demonstração de resultados da empresa é a parcela variável (PV). Devido ao comportamento instável da PV no curto prazo, o desempenho da Companhia é melhor verificado através da análise do valor da PV dividido pela Receita de Transmissão, conforme gráfico abaixo.

A PV contabilizada no 6M25 foi de R\$ 7,0 MM, equivalente a 0,51% da Receita de Transmissão do mesmo período. Os principais eventos que impactaram a Parcela Variável do período foram os seguintes, por ordem de relevância: (i) Saíra: provisão pelo desligamento intempestivo na LT 500 kV Garabi 1 / Santo Ângelo devido a uma explosão do Transformador de Potencial Capacitivo (TPC) no terminal da SE Santo Ângelo, ocorrido em março de 2025; e (ii) ATE III: provisão pelo desligamento intempestivo na LT 500 kV Itacaiúnas / Colinas C1 devido a uma intercorrência no banco de reatores da SE Colinas, ocorrido também em março de 2025.



* PV referente ao evento de caso furtivo da queda de torres na LT 500 kV Imperatriz- Colina C2 ocorrida em dezembro de 2022, decorrente de depredações de bens públicos por ato de sabotagem ao (SIN).

Resultados do 2º trimestre de 2025



3.2. Ciclo da RAP 2024-2025

Em 15 de julho de 2025, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória 3.481/2025 (“REH 3.481”) que estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessões de transmissão para o ciclo 2025-2026, passando a valer a partir de 1º de julho de 2025 até 30 de junho de 2026, afetando, portanto, o resultado da TAESA a partir do 3T25. As concessões ajustadas pelo IGP-M (Categoria II) sofreram um reajuste inflacionário de +7,03%, e as concessões ajustadas pelo IPCA (Categoria III) sofreram um reajuste inflacionário de +5,32%. Considerando as concessões controladas, investidas em conjunto e coligadas, a RAP total¹ (operacional e em construção) da TAESA para o ciclo 2025-2026 é de R\$ 4,4 bilhões, sendo 54,4% no nível da *holding*. A RAP operacional da TAESA para o ciclo 2025-2026 ficou em R\$ 4,0 bilhões, um crescimento de 8,7% em relação ao ciclo 2024-2025.

Além do reajuste inflacionário da RAP para o ciclo 2025-2026 mencionado acima, tivemos os seguintes efeitos que impactam este ciclo: (i) entrada em operação de Pitiguari e dos reforços da Novatrans e da EBTE; (ii) reposicionamento da RAP após processo fiscalizatório da Revisão Tarifária Periódica do ciclo anterior, que afetou Novatrans, TSN, Munirah, ETEO, NTE, STE, ATE I, ATE II, ATE III, Brasnorte, STC e São Pedro; (iii) reforços autorizados nas concessões EATE e ENTE em outubro de 2024; (iv) alteração da alíquota de PIS/COFINS para Miracema, Sant’Ana e Brasnorte; (v) adicional de RAP por seccionamento de LT na PATESA; (vi) correção de alíquota de PIS/COFINS pela ANEEL na Transirapé.

A REH 3.481 também estabeleceu as Parcelas de Ajustes de Vida Útil (PA – Vida Útil) e Parcelas de Ajustes de Retroatividade (PA – Retroatividade) além das PAs de Apuração, que são publicadas a cada novo ciclo. A Companhia não registra no resultado as parcelas de ajustes advindas de antecipações de ciclos anteriores, uma vez que se trata de compensações ou ressarcimentos em relação à receita contratada.

A PA de Vida Útil é calculada quando a Transmissora possui ativo cuja vida útil termina até a sua próxima Revisão Periódica. Cada módulo nessa condição deixa de auferir o Custo Anual dos Ativos Elétricos-CAAE e o Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis-CAIMI como parte da RAP, passando a receber esses componentes como Parcela de Ajuste de Vida Útil.

Com a conclusão do processo de fiscalização da Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) publicada no ano de 2024, no qual a Companhia apresentou evidências comprobatórias para os investimentos de reforços, a ANEEL deu pleno reconhecimento dos investimentos realizados que culminaram em um adicional de RAP para estes reforços no volume total de R\$ 5,6 MM a partir do ciclo 2025-2026, além da adequação das Parcelas de Ajuste de Revisão e do reconhecimento dessa receita, referente ao ciclo tarifário desses reforços, com um ajuste no resultado do 2T25 (receita de transmissão) de R\$ 17,6 MM.

A PA de Retroatividade é utilizada para corrigir os valores provisórios desde o início da operação comercial até a data da revisão tarifária de projetos de reforços. Conforme estabelecido nas Regras da Transmissão, a receita revisada de reforços autorizados retroagirá à data de entrada em operação comercial da obra, sendo que a eventual diferença decorrente da revisão do valor será considerada na RAP da Transmissora através da PA de Retroatividade. Essa parcela deve ser debitada ou creditada anualmente a partir de julho de 2024 até a próxima Revisão Periódica da Concessionária.

Para a PA de Retroatividade, a cobrança será feita em diversos ciclos tarifários, cujos impactos mais relevantes são nas concessões Novatrans, TSN e São Pedro, com 4 ciclos remanescentes de ajuste.

Os valores publicados de RAP e de PA das concessões, cujos contratos são indexados pelo IPCA, foram adicionados de PIS/COFINS para ficarem alinhados às concessões indexadas pelo IGP-M, uma vez que as RAPs destas últimas já vêm adicionadas de PIS/COFINS na resolução homologatória.

A tabela abaixo mostra em maiores detalhes os valores de RAP e PA dos empreendimentos em operação e construção para o ciclo 2025-2026.

Resultados do 2º trimestre de 2025



(R\$ MM)		Ciclo 2025-2026					
		RAP			Parcela de Ajuste		
IGP-M Reajuste:	7,03%	Operacional	Em Construção	Total RAP	PA - Apuração e Outros Ajustes	PA - Retroatividade	PA - Vida Útil
Novatrans		549,7	-	549,7	(9,6)	(34,1)	(0,1)
TSN		510,3	11,3	521,6	(25,1)	(2,2)	-
Munirah		35,1	-	35,1	0,5	0,5	-
GTESA		9,1	-	9,1	(0,3)	-	-
PATESA		28,5	-	28,5	(0,7)	-	-
ETAU ¹		40,5	-	40,5	(2,2)	-	4,4
ETEO		162,9	-	162,9	(5,1)	0,1	0,1
NTE		142,3	-	142,3	(5,2)	(0,2)	-
STE		79,3	-	79,3	(2,9)	(0,0)	-
ATE I		137,8	18,7	156,5	(4,9)	0,1	-
ATE II		215,9	-	215,9	(7,9)	0,1	-
EATE ¹⁴		202,2	24,0	226,2	(7,4)	0,0	-
ETEP ¹		45,4	-	45,4	(1,7)	0,0	-
ENTE ¹⁴		104,0	10,4	114,4	(3,8)	(0,0)	-
ECTE ¹		16,8	-	16,8	(0,6)	-	-
ERTE ¹		23,8	-	23,8	(0,9)	-	-
Lumitrans ¹		9,8	-	9,8	(0,4)	-	-
Transleste ¹		20,4	-	20,4	(0,7)	-	-
Transirapé ¹		25,0	-	25,0	(1,7)	0,1	-
Transudeste ¹		12,6	-	12,6	(0,5)	-	-
Subtotal		2.371,5	64,4	2.435,9	(81,0)	(35,6)	4,4
IPCA Reajuste:	5,32%	Operacional	Em Construção	Total RAP	PA - Apuração e Outros Ajustes	PA - Retroatividade	PA - Vida Útil
ATE III ³		103,8	6,7	110,5	(3,5)	(0,3)	0,3
São Gotardo		7,9	-	7,9	(0,0)	-	-
Mariana		23,9	-	23,9	(0,9)	0,7	-
Miracema		104,2	-	104,2	(3,4)	0,3	-
Janaúba		293,0	-	293,0	(10,4)	-	-
Aimorés ¹		59,9	-	59,9	(2,0)	-	-
Paraguaçu ¹		89,5	-	89,5	(3,0)	-	-
Brasnorte		42,2	-	42,2	(2,4)	(0,3)	-
STC ¹³		16,2	-	16,2	(0,8)	-	-
EBTE ¹		63,9	-	63,9	1,3	0,1	-
ESDE ¹		10,0	-	10,0	(0,2)	-	-
ETSE ¹		7,5	-	7,5	(0,2)	0,2	-
ESTE ¹		84,7	-	84,7	(3,1)	-	-
Ivaí ¹		217,8	-	217,8	(8,0)	-	-
EDTE ¹		52,4	-	52,4	(1,9)	-	-
Sant'Ana		93,0	-	93,0	(2,9)	-	-
São João		70,5	-	70,5	(2,5)	-	-
São Pedro		84,0	11,7	95,7	(2,4)	4,3	-
Lagoa Nova		17,7	-	17,7	(0,9)	-	-
Ananai ²		-	171,1	171,1	-	-	-
Pitiguari		23,4	-	23,4	(0,1)	-	-
Tangará ²		-	108,3	108,3	-	-	-
Saíra ²		137,5	54,3	191,7	(8,5)	-	-
Juruá		-	19,6	19,6	-	-	-
Subtotal		1.603,2	371,7	1.974,9	(55,8)	5,0	0,3
Total¹		3.974,7	436,0	4.410,7	(136,8)	(30,6)	4,7

Obs: Todos valores de RAP estão adicionados de PIS/COFINS

¹ Valor proporcional à participação da Taesa

² Em Construção

³ Concessão de Categoria II com ajuste pelo IPCA

⁴ Reforços da TBE (REA.15573/2024)

Resultados do 2º trimestre de 2025



3.3. Resultado Regulatório

3.3.1. Receita Líquida

A Receita Líquida Regulatória no 2T25 alcançou R\$ 621,3 MM, 7,2% maior que o registrado no 2T24, explicada principalmente pelo aumento da Receita de Transmissão em função da entrada em operação comercial de Pitiguari e dos reforços da Novatrans, incremento pontual referente ao processo fiscalizatório da Revisão Tarifária Periódica (RTP) do ciclo anterior, redução da Parcela Variável, além do reajuste positivo do IPCA no ciclo RAP 2024-2025 para as concessões de categoria 3. Estes efeitos foram compensados, em parte, pelo reajuste negativo do IGP-M no mesmo ciclo para as concessões de categoria 2.

A Receita Líquida Regulatória no 6M25 somou R\$ 1.219,2 MM, apresentando um aumento anual de 5,5%.

O aumento na linha da Receita de Transmissão de 5,8% entre o 2T25 e o 2T24 é explicado principalmente pela (i) entrada em operação comercial de Pitiguari e dos reforços de Novatrans, (ii) incremento pontual de receita de R\$ 17,6 MM referente ao processo fiscalizatório da Revisão Tarifária Periódica (Resolução Homologatória 3.343/2024) do ciclo anterior, com impacto principalmente nas concessões de Novatrans, São Pedro, Munirah e TSN, e (iii) reajuste inflacionário do IPCA no ciclo 2024-2025 da RAP (categoria 3), em +3,9%. Este aumento foi compensando, em parte, pelo reajuste negativo do IGP-M no mesmo ciclo (categoria 2), em -0,3%.

A Parcela Variável (PV) apresentou uma melhora de R\$ 6,6 MM na comparação entre os períodos em função principalmente de um menor volume de desligamentos no trimestre e dos seguintes eventos de maior impacto: (i) ETEO: reversão de provisão no 2T25, referente ao desligamento intempestivo por queda de cabos da fase B da LT 440 kV Assis-Sumaré, ocorrida em setembro de 2021; e (ii) Sant'Ana: cobrança no 2T24 referente ao desligamento automático da LT 230 kV Santa Maria 3 / Livramento 3 C1 ocorrido em janeiro de 2024.

O aumento nas deduções da receita de 4,2% na comparação entre os trimestres se deve, principalmente, pelo aumento do PIS/COFINS corrente em função do aumento na Receita de Transmissão.

Receita Operacional Líquida - Regulatório (Consolidado)

R\$ MM	2T25	2T24	Var.%	6M25	6M24	Var.%
Disponibilização do sistema de transmissão	688,7	651,0	5,8%	1.358,4	1.310,6	3,6%
Parcela Variável	(0,2)	(6,8)	-96,8%	(7,0)	(26,7)	-73,9%
Receita do Serviço	688,5	644,3	6,9%	1.351,4	1.283,9	5,3%
Outras receitas operacionais	0,3	0,3	3,8%	0,7	0,6	24,1%
Receita operacional bruta	688,8	644,6	6,9%	1.352,1	1.284,5	5,3%
PIS e COFINS	(41,8)	(38,7)	7,9%	(80,7)	(75,7)	6,5%
ISS	(0,1)	(0,1)	5,8%	(0,2)	(0,2)	36,5%
ICMS	(0,0)	(0,0)	966,7%	(0,1)	(0,0)	562,1%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(25,7)	(26,1)	-1,5%	(52,0)	(53,0)	-2,0%
Total Deduções	(67,6)	(64,9)	4,2%	(132,9)	(128,9)	3,1%
Receita operacional líquida	621,3	579,7	7,2%	1.219,2	1.155,5	5,5%

Resultados do 2º trimestre de 2025



3.3.2. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 201,7 MM no 2T25, 10,9% maior quando comparado ao 2T24. Os custos de PMSO somaram R\$ 99,5 MM, registrando um aumento anual de 5,3%.

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização no primeiro semestre do ano alcançaram R\$ 380,4 MM, 3,0% maior na comparação anual. No 6M25, os custos de PMSO somaram R\$ 187,8 MM, registrando uma redução de 2,9%.

Custos, Despesas e D&A - Regulatório (Consolidado)

R\$ MM	2T25	2T24	Var.%	6M25	6M24	Var.%
Pessoal	(63,8)	(62,1)	2,8%	(126,0)	(128,6)	-2,0%
Material	(2,3)	(1,9)	23,0%	(3,4)	(3,3)	2,9%
Serviço de terceiros	(25,8)	(27,0)	-4,4%	(43,8)	(47,6)	-8,0%
Outros	(7,6)	(3,5)	116,9%	(14,6)	(14,0)	4,3%
Total	(99,5)	(94,5)	5,3%	(187,8)	(193,5)	-2,9%
Depreciação e amortização	(102,2)	(87,3)	17,0%	(192,5)	(175,6)	9,6%
Total	(201,7)	(181,8)	10,9%	(380,4)	(369,1)	3,0%

- **Pessoal:**

O aumento de 2,8% na comparação entre os trimestres é explicado, principalmente, pelo reajuste salarial dos empregados pelo acordo coletivo de 2024 em +3,9% (IPCA) e méritos e promoções, que foram parcialmente compensados pela reestruturação organizacional no início de 2025 e por ajuste não recorrente de provisão de encargos previdenciários no valor de R\$ 1,3 MM.

- **Material:**

O aumento de R\$ 0,4 MM entre os períodos comparados se deve a maiores gastos com materiais de manutenção principalmente na TSN.

- **Serviços de terceiros:**

A redução de 4,4% na comparação entre o 2T25 e o 2T24 foi influenciada, principalmente, por (i) menores gastos com serviços de limpeza de faixa de servidão, (ii) menores custos com serviços de manutenção de equipamentos, e (iii) serviços de limpeza e conservação ocorridos no 2T24 (não recorrente), no montante de R\$ 1,4 MM, referente à compensação ambiental prevista no contrato de compra e venda de São João. Estes efeitos foram compensados principalmente por maiores despesas com viagem.

- **Outros:**

O aumento de R\$ 4,1 MM no 2T25 se deve, principalmente, a maiores provisões de contingências cíveis neste trimestre, reversão de provisões de contingências trabalhistas ocorrida no 2T24, e eventos não recorrentes líquidos no montante de R\$ 0,2 MM.

Resultados do 2º trimestre de 2025



Segue tabela abaixo com os custos e despesas recorrentes:

Custos e Despesas Recorrentes - Regulatório (Consolidado)						
R\$ MM	2T25	2T24	Var.%	6M25	6M24	Var.%
Pessoal	(65,1)	(62,1)	4,9%	(127,3)	(126,9)	0,3%
Material	(2,3)	(1,9)	23,0%	(3,4)	(3,3)	2,9%
Serviço de terceiros	(25,8)	(25,6)	0,8%	(43,8)	(43,5)	0,7%
Outros	(7,4)	(3,5)	112,1%	(14,5)	(8,4)	72,3%
Total	(100,7)	(93,1)	8,1%	(189,0)	(182,1)	3,8%

O aumento de 17,0% na linha de depreciação e amortização na comparação entre os trimestres refere-se basicamente às unitizações de ativos realizadas entre 4T24 e 2T25.

3.3.3. EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA Regulatório do 2T25 atingiu R\$ 521,7 MM, 7,5% maior que o registrado no 2T24, e a margem EBITDA atingiu 84,0% (+0,3pp versus 2T24). O desempenho no EBITDA e margem EBITDA é explicado pelo (i) aumento da receita líquida em função do processo fiscalizatório da RTP do ciclo anterior, a energização de Pitiguari e dos reforços da Novatrans, e menor Parcela Variável, além do reajuste inflacionário do IPCA no ciclo 2024-2025 da RAP (+3,9%) para os contratos de categoria 3. Este aumento foi compensando, em parte, pelo reajuste negativo do IGP-M de -0,3% no mesmo ciclo (categoria 2) e aumento dos custos e despesas, mais especificamente nas linhas de Pessoal e Outros.

Desconsiderando os eventos não-recorrentes dos períodos analisados, o EBITDA apresentou um crescimento de 3,4% na comparação com o EBITDA ajustado do 2T24 (R\$ 486,6 MM) e uma margem EBITDA de 83,3% (-0,6pp versus 2T24).

EBITDA Regulatório (Consolidado)						
R\$ MM	2T25	2T24	Var.%	6M25	6M24	Var.%
Receita líquida	621,3	579,7	7,2%	1.219,2	1.155,5	5,5%
Custos e despesas	(99,5)	(94,5)	5,3%	(187,8)	(193,5)	-2,9%
EBITDA	521,7	485,2	7,5%	1.031,4	962,0	7,2%
Margem EBITDA	84,0%	83,7%	0,3 pp	84,6%	83,3%	1,3 pp

Ajustes mencionados

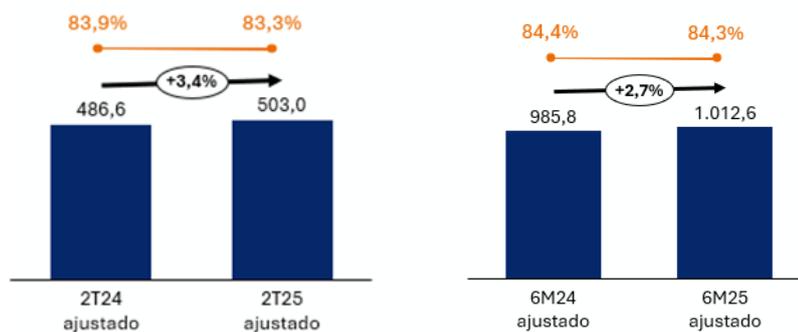
R\$ MM	2T25	2T24	6M25	6M24
Disponibilização do sistema de transmissão	17,6	-	17,6	-
Parcela Variável	-	-	-	(13,4)
Custos e despesas	1,2	(1,4)	1,2	(11,5)

EBITDA Regulatório ajustado (Consolidado)⁽¹⁾

R\$ MM	2T25	2T24	Var.%	6M25	6M24	Var.%
Receita líquida	603,7	579,7	4,1%	1.201,6	1.167,9	2,9%
Custos e despesas	(100,7)	(93,1)	8,1%	(189,0)	(182,1)	3,8%
EBITDA	503,0	486,6	3,4%	1.012,6	985,8	2,7%
Margem EBITDA	83,3%	83,9%	-0,6 pp	84,3%	84,4%	-0,1 pp

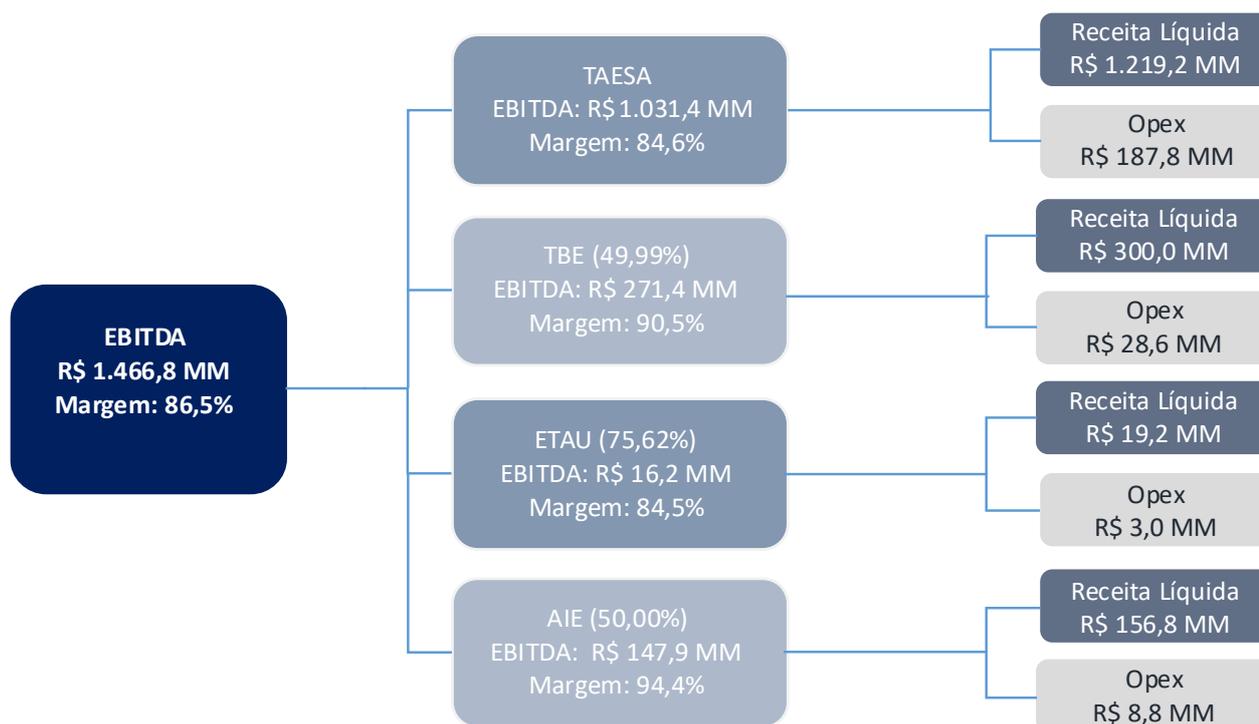
(1) O EBITDA ajustado exclui (i) o incremento de receita pontual referente ao processo fiscalizatório da Revisão Tarifária Periódica (RTP) do ciclo anterior reconhecido no 2T25, com os seus respectivos impactos na linha de deduções da receita, e (ii) custos e despesas não recorrentes nas linhas de Pessoal e Outros.

Resultados do 2º trimestre de 2025



3.3.4. Composição do EBITDA

O gráfico abaixo mostra o EBITDA Regulatório no primeiro semestre de 2025 considerando todas as concessões do grupo TAESA proporcionalmente. É importante ressaltar que o resultado consolidado conforme as normas contábeis brasileiras não incluem as investidas em conjunto e coligadas (ETAU, AIE e TBE).



Resultados do 2º trimestre de 2025



3.3.5. Resultado de Equivalência Patrimonial

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 2T25 totalizou R\$ 105,7 MM, 8,3% maior que o registrado no 2T24. No primeiro semestre de 2025, a Equivalência Patrimonial Regulatória fechou em R\$ 204,2 MM, 1,0% menor que o registrado no 6M24.

Equivalência Patrimonial - Regulatório

R\$ MM	2T25	2T24	Var.%	6M25	6M24	Var.%
ETAU	7,0	7,2	-2,5%	14,2	31,5	-54,9%
TBE	78,6	73,1	7,6%	157,3	145,2	8,3%
Aimorés	9,9	9,6	3,7%	19,4	19,6	-0,6%
Paraguaçu	15,2	13,8	10,1%	29,3	27,6	6,3%
Ivaí	8,6	7,6	13,2%	11,2	9,6	16,5%
Resultado das Controladas	119,4	111,3	7,3%	231,5	233,5	-0,8%
Amortização do ágio - TBE	(13,6)	(13,6)	0,0%	(27,3)	(27,3)	0,0%
Total Equivalência Patrimonial	105,7	97,6	8,3%	204,2	206,2	-1,0%

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatória no 2T25 apresentou um aumento de 8,3% na comparação com 2T24, explicado pela renovação do benefício fiscal SUDAM na EATE (TBE) no 3T24 e reajuste inflacionário do IPCA no ciclo da RAP 2024-2025 (+3,9%) para as concessões de categoria 3. Estes efeitos foram compensados por maiores despesas financeiras líquidas nas concessões de Ivaí e TBE em função do maior IPCA, e pelo reajuste inflacionário do IGP-M (-0,3%) no mesmo ciclo para as concessões de categoria 2.

A diferença entre o Resultado de Equivalência Patrimonial na TAESA e a soma do resultado da ETAU, Aimorés, Paraguaçu, Ivaí e TBE é devido à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

Resultados do 2º trimestre de 2025



3.3.6. Resultado Financeiro Líquido

A despesa financeira líquida regulatória totalizou R\$ 227,1, MM no 2T25, 11,9% maior que o registrado no 2T24. No primeiro semestre de 2025, a despesa financeira líquida regulatória totalizou R\$ 571,4 MM, 13,2% maior na comparação anual.

Resultado Financeiro Regulatório						
R\$ MM	2T25	2T24	Var.%	6M25	6M24	Var.%
Receitas Financeiras	31,1	29,6	5,2%	52,9	55,7	-5,1%
Renda de aplicação financeira	24,1	28,3	-14,9%	44,3	52,2	-15,2%
Outras Receitas financeiras	7,0	1,2	464,1%	8,6	3,5	145,7%
Despesas Financeiras	(258,2)	(232,4)	11,1%	(624,2)	(560,5)	11,4%
Juros incorridos	(208,6)	(183,0)	14,0%	(428,5)	(381,1)	12,4%
Variações monetárias e cambiais	(49,3)	(42,4)	16,1%	(191,1)	(166,5)	14,8%
Outras despesas/receitas financeiras	(0,3)	(7,0)	-95,4%	(4,6)	(12,9)	-64,3%
Total Regulatório	(227,1)	(202,9)	11,9%	(571,4)	(504,8)	13,2%

O aumento anual de R\$ 1,5 MM nas receitas financeiras ocorreu, principalmente, em função da maior receita de juros sobre depósitos judiciais na linha de outras receitas financeiras e do aumento do CDI (+3,27% no 2T25 versus +2,53% no 2T24), impactando a renda de aplicação financeira, apesar do menor volume médio do caixa aplicado entre os trimestres comparados.

O aumento de 14,0% entre o 2T25 e o 2T24 na linha de juros incorridos se deve, principalmente, ao aumento do volume médio da dívida causado pelas 16ª e 17ª emissão de debêntures da Companhia no montante total de R\$ 1,1 bilhão e pelo reajuste do principal das dívidas em IPCA, além do aumento do CDI conforme mencionado acima.

O aumento anual de 16,1% na linha de variações monetárias e cambiais é explicado principalmente pela variação cambial de NDFs (*Non-Deliverable Forward*) contratados para Saira e Juruá e aumento do IPCA registrado entre os trimestres, sendo compensado pela redução do IGP-M.

A linha de outras despesas financeiras apresentou uma queda de R\$ 6,6 MM na comparação entre os trimestres explicada, basicamente, por atualizações sobre créditos tributários pela taxa Selic e menores despesas bancárias, compensados parcialmente por pagamento de juros e atualização monetária de provisões de contingências.

Resultados do 2º trimestre de 2025



3.3.7. Impostos

A redução anual de 12,9% do Imposto de Renda e Contribuição Social no Regulatório reconhecido no resultado, entre o 2T25 e o 2T24, é explicado principalmente pela maior dedução do Juros sobre Capital Próprio (JCP) distribuído, ampliando a redução do lucro tributável entre os períodos comparados, e pelo aumento dos benefícios fiscais gerados pelas empresas de lucro presumido. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo (i) ajuste extemporâneo de passivos diferidos em Saída impactando a linha de Outros, e (ii) redução dos incentivos fiscais SUDAM/SUDENE como consequência do prejuízo fiscal na TAESA *holding*, além do aumento de 1,9% do lucro antes dos impostos.

R\$ MM	Regulatório					
	2T25	2T24	Var.%	6M25	6M24	Var.%
Conciliação Imposto						
Lucro antes dos impostos (EBT)	298.2	292.6	1.9%	471.7	487.9	-3.3%
Exclusão Equivalência Patrimonial (EP)	(105.7)	(97.6)	8.3%	(204.2)	(206.2)	-1.0%
Base excluindo EP	192.5	195.0	-1.3%	267.4	281.6	-5.0%
Dedução - JCP distribuído	(188.3)	(144.9)	29.9%	(188.3)	(144.9)	29.9%
Lucro Tributável	4.2	50.1	-91.7%	79.2	136.7	-42.1%
IRCS (alíquota 34%)	(1.4)	(17.0)	-91.7%	(26.9)	(46.5)	-42.1%
Impacto do Regime de Lucro Presumido	8.0	5.9	35.0%	16.4	27.2	-39.6%
Benefício SUDAM/SUDENE	0.8	4.0	-81.1%	3.3	16.0	-79.1%
Outros	(6.1)	8.5	-	23.2	(1.0)	-
IRPJ e CSLL reconhecido no resultado	1.2	1.4	-12.9%	16.0	(4.3)	-
Alíquota Efetiva: IRCS / Base excluindo EP	-0.6%	-0.7%	0.1 pp	-6.0%	1.5%	-7.5 pp

Alíquota de tributação, partindo Base ex-EP	34.0%	34.0%	34.0%	34.0%
Deduções e benefícios fiscais	-34.6%	-34.7%	-40.0%	-32.5%
JCP	-33.3%	-25.3%	-23.9%	-17.5%
Lucro Presumido	-4.2%	-3.0%	-6.1%	-9.7%
SUDAM/SUDENE	-0.4%	-2.1%	-1.2%	-5.7%
Outros	3.2%	-4.4%	-8.7%	0.3%
Alíquota Efetiva	-0.6%	-0.7%	-6.0%	1.5%

Resultados do 2º trimestre de 2025



A tabela abaixo mostra o regime fiscal de cada concessão, bem como indica aquelas concessões que possuem benefício fiscal, a data de término do benefício e a alíquota de PIS e COFINS de cada concessão.

Concessão	Regime Fiscal	Benefício Fiscal	% Área	Fim	PIS	COFINS
TSN *	"Real"	"Sudene"	76%	2031	0,65%	3,00%
Munirah*	"Real"	"Sudene"	100%	2031	0,65%	3,00%
GTESA *	"Real"	"Sudene"	100%	2031	0,65%	3,00%
PATESA *	"Real"	"Sudene"	100%	2031	0,65%	3,00%
NVT *	"Real"	"Sudam"	76%	2033	0,65%	3,00%
ETEO *	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
NTE *	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
STE *	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE I *	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE II	"Real"	"Sudene/Sudam"	100%	2031/2032	1,65%	7,60%
ATE III	"Real"	"Sudam"	100%	2027	1,65%	7,60%
Saíra	"Real"	-	-	-	1,65%	7,60%
Sant'Ana	"Real"	-	-	-	1,65%	7,60%
BRASNORTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETAU	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
São Gotardo	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Mariana	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Miracema	"Real"	"Sudam"	100%	2032	1,65%	7,60%
Janaúba	"Real"	"Sudene"	100%	2031	1,65%	7,60%
Aimorés	"Real"	"Sudene"	100%	2032	1,65%	7,60%
Paraguaçu	"Real"	"Sudene"	100%	2032	1,65%	7,60%
São João	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
São Pedro	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Lagoa Nova	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Ananaí	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Juruá	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Pitiguari	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
Tangará	"Presumido"	-	-	(1)	0,65%	3,00%
EATE	"Real"	"Sudam"	100%	2033	0,65%	3,00%
ENTE	"Real"	"Sudam"	100%	2025	0,65%	3,00%
ECTE	"Real"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETEP	"Real"	"Sudam"	100%	2025	0,65%	3,00%
ERTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
LUMITRANS	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
EBTE	"Real"	"Sudam"	100%	2031	1,65%	7,60%
ESDE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
STC	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ETSE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
ESTE	"Real"	"Sudene"	38%	2032	1,65%	7,60%
Ivaí	"Real"	-	-	-	1,65%	7,60%
TRANSUDESTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
TRANSLESTE	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
TRANSIRAPÉ	"Presumido"	-	-	-	0,65%	3,00%
EDTE	"Real"	"Sudene"	100%	2029	1,65%	7,60%

* Empresas que apuram PIS/COFINS tanto pelo Regime Cumulativo (Receita de Transmissão) quanto pelo Regime não Cumulativo (novas receitas).

(1) A obtenção do benefício ocorrerá junto a entrada em operação do projeto, quando o prazo do benefício também será determinado.

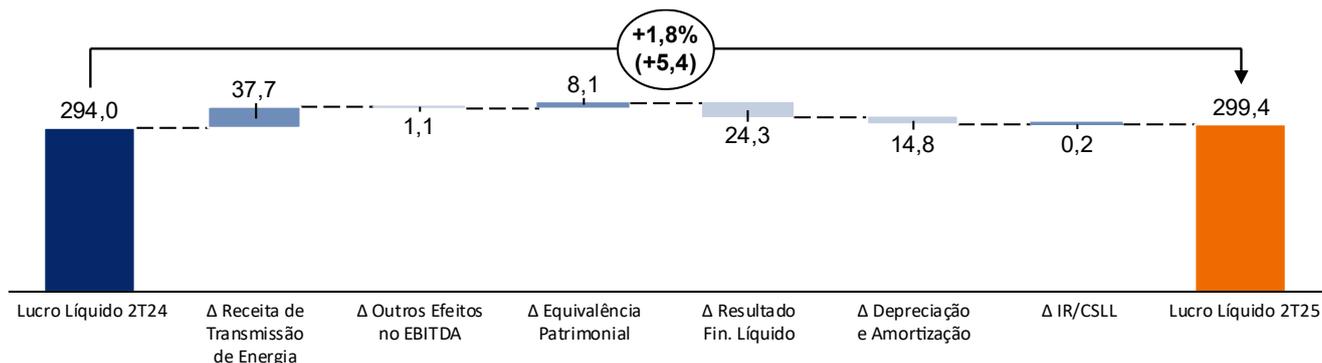
Resultados do 2º trimestre de 2025



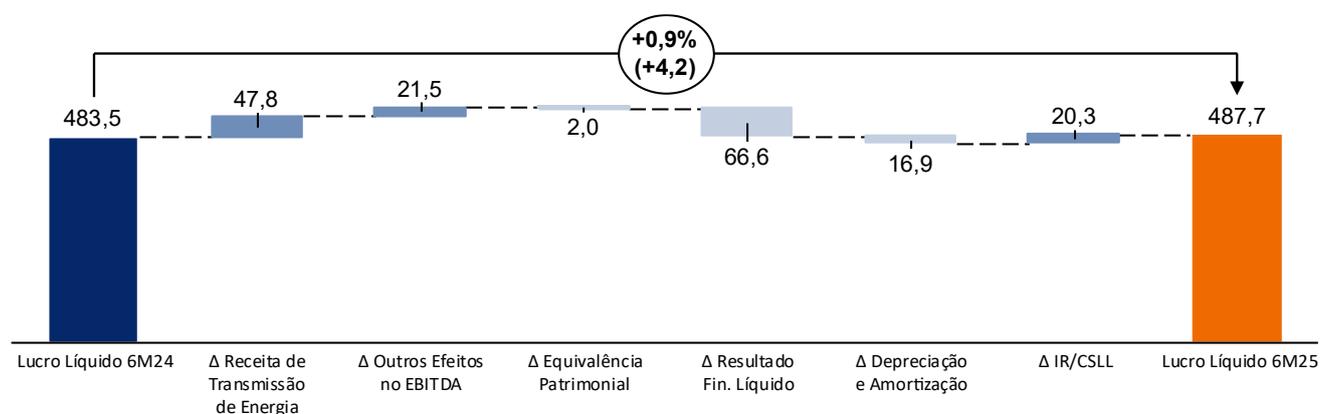
3.3.8. Lucro Líquido

Lucro Líquido Regulatório somou R\$ 299,4 MM no 2T25, apresentando um aumento anual de 1,8%. No 6M25, o Lucro Líquido Regulatório fechou em R\$ 487,7 MM, 0,9% maior que o mesmo período do ano anterior.

Lucro Líquido Regulatório – 2T25:



Lucro Líquido Regulatório – 6M25:



Resultados do 2º trimestre de 2025



3.4. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Em Assembleia de Acionistas ocorrida no dia 29 de abril de 2025, os acionistas aprovaram a proposta da administração quanto à destinação dos resultados do exercício social de 2024, dos quais: (i) R\$ 783,5 MM para reserva de lucros a realizar; (iii) R\$ 598,6 MM em proventos pagos ao longo de 2024 e início de 2025, sendo R\$ 197,8 MM em dividendos intercalares e R\$ 400,9 MM em Juros sobre Capital Próprio (JCP); e (iv) R\$ 301,5 MM (R\$ 0,88 / Unit) em dividendos mínimos obrigatórios remanescentes a serem pagos em duas parcelas: (i) R\$ 190,6 MM (R\$ 0,55 / Unit) em 28 de maio de 2025, e (ii) R\$ 110,9 MM (R\$ 0,32 / Unit) em 27 de novembro de 2025. Com isso, o montante total de proventos distribuídos sobre o resultado de 2024 foi R\$ 900,1 MM (R\$ 2,61 / Unit), representando um payout de 90,8% do lucro líquido regulatório.

Em 7 de maio de 2025, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de proventos com base no resultado levantado em 31 de março de 2025, no montante de R\$ 188,3 MM (R\$ 0,55 / Unit) a título de JCP. Este montante equivale a 100% do lucro líquido regulatório apurado no primeiro trimestre de 2025. O pagamento ocorrerá no dia 27 de agosto de 2025, a partir da data base de 12 de maio de 2025.

Na data de hoje, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de proventos com base no resultado do 2T25, no montante de R\$ 299,4 MM (R\$ 0,87 / Unit), sendo R\$ 220,1 MM (R\$ 0,64 / Unit) a título de JCP e R\$ 79,3 MM (R\$ 0,23 / Unit) em dividendos intercalares. Este montante equivale a 100% do lucro líquido regulatório apurado no segundo trimestre de 2025. O pagamento ocorrerá no dia 27 de novembro de 2025, a partir da data base de 18 de agosto de 2025.

Resultados do 2º trimestre de 2025



3.5. Endividamento

No 2T25, a Dívida Bruta da Companhia totalizou R\$ 10.408,6 MM, 0,9% maior que o trimestre anterior. O caixa da Companhia ficou em R\$ 902,3 MM, registrando um aumento de 11,7% no trimestre e resultando em uma dívida líquida de R\$ 9.506,3 MM, em linha com o 1T25.

Dívida Líquida	2T25	% Dív Bruta	1T25	% Dív Bruta	Var. %
Curto Prazo	1.956,6	18,8%	956,5	9,3%	104,6%
Cesta de Moedas	(5,7)	-0,1%	(6,0)	-0,1%	-5,6%
CDI	936,2	9,0%	451,6	4,4%	107,3%
IPCA	1.021,9	9,8%	511,2	5,0%	99,9%
IGP-M	4,1	0,0%	(0,3)	0,0%	-1391,3%
Longo Prazo	8.452,0	81,2%	9.359,8	90,7%	-9,7%
Cesta de Moedas	(1,0)	0,0%	(1,7)	0,0%	-42,2%
CDI	2.474,1	23,8%	2.917,6	28,3%	-15,2%
IPCA	5.662,2	54,4%	6.123,6	59,4%	-7,5%
IGP-M	316,7	3,0%	320,3	3,1%	-1,1%
Endividamento Total	10.408,6	100,0%	10.316,3	100,0%	0,9%
(-) Caixa e Aplicações*	(902,3)		(807,9)		11,7%
(=) Dívida Líquida	9.506,3		9.508,4		0,0%

* O valor do caixa é a soma das linhas caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários.

O aumento de 11,7% no Caixa e Aplicações no trimestre é explicado principalmente pela 1ª emissão de debêntures de Aimorés e Paraguaçu no valor de R\$ 700 MM, pela geração de caixa e recebimento de dividendos das participadas. Estes efeitos foram compensados, em parte, pelo pagamento no valor de aproximadamente (i) R\$ 193 MM em juros e amortização referente a 6ª, 8ª, 10ª, e 12ª emissões de debêntures da TAESA e a 2ª emissão de debêntures de Janaúba, (ii) R\$ 480 MM em Capex no trimestre, e (iii) em R\$ 191 MM em proventos pagos em maio de 2025.

Consolidando proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas, o total da dívida bruta seria de R\$ 13.304,0 MM e o caixa de R\$ 1.622,9 MM, considerando os seguintes valores: (i) dívidas da TBE no montante de R\$ 1.391,4 MM e caixa/aplicações de R\$ 166,2 MM; (ii) caixa/aplicações da ETAU de R\$ 8,1 MM; e (iii) dívidas da AIE (Aimorés, Paraguaçu e Ivaí) de R\$ 1.504,0 MM e caixa/aplicações de R\$ 546,3 MM.

Considerando a dívida líquida proporcional das empresas controladas em conjunto e coligadas, a relação dívida líquida sobre EBITDA ficou em 4,1x no 2T25, em linha ao valor registrado no 1T25 (4,1x).

Dívida por Empresa (R\$ MM)

Empresa	Dívida Bruta R\$ MM	Caixa e Equiv. R\$ MM	Dívida Líquida R\$ MM
TAESA	10.408,6	902,3	9.506,3
ETAU (75,6%)	0,0	8,1	-8,1
TBE (49,99%)	1.391,4	166,2	1.225,3
AIE (50%)	1.504,0	546,3	957,7
TOTAL	13.304,0	1.622,9	11.681,1

Resultados do 2º trimestre de 2025



A dívida da TAESA, das investidas em conjunto e coligadas está detalhada na tabela abaixo, proporcionalmente.

Empresa	Credor	Série	Índice	Valor da Emissão	Principal (R\$ / mil)	Juros (R\$ / mil)	Custo	Rating	Emissão	Vencimento	Amortização	Cupons por Ano
Taesa	5ª Debêntures	Única	IPCA	525.772	380.573	21.546	IPCA + 5,95%	AAA.br	jul/2018	Jul/2025	Anual	1
	6ª Debêntures	1ª série	CDI	850.000	443.476	15.628	108% CDI	AAA.br	mai/2019	Mai/2026	Bullet	2
		2ª série	IPCA	210.000	284.161	1.921	IPCA + 5,50%	AAA.br	mai/2019	Mai/2044	Semestral	2
	7ª Debêntures	Única	IPCA	508.960	880.145	11.231	IPCA + 4,50%	AAA.br	out/2019	Set/2044	anual	1
	8ª Debêntures	Única	IPCA	300.000	377.351	650	IPCA + 4,77%	AAA.br	jan/2020	Dez/2044	Semestral	2
	10ª Debêntures	1ª série	CDI	650.000	646.743	12.431	CDI + 1,70%	AAA(bra)	mai/2021	Mai/2028	Bullet	2
		2ª série	IPCA	100.000	124.857	735	IPCA + 4,76%	AAA(bra)	mai/2021	Mai/2036	3ª, 4ª e 5ª ano	2
	11ª Debêntures	1ª série	CDI	650.000	432.995	28.444	CDI + 1,36%	AAA(bra)	fev/2022	Mai/2027	Anual	2
		1ª série	IPCA	630.783	712.075	7.863	IPCA + 5,60%	AAA.br	mai/2022	Abri/2029	Bullet	2
	12ª Debêntures	2ª série	IPCA	300.410	333.186	3.843	IPCA + 5,75%	AAA.br	mai/2022	Abri/2032	8ª, 9ª e 10ª ano	2
		3ª série	IPCA	318.807	354.285	4.148	IPCA + 5,85%	AAA.br	mai/2022	Abri/2037	13ª, 14ª e 15ª ano	2
	14ª Debêntures	1ª série	IPCA	327.835	346.721	5.803	IPCA + 5,87%	AAA(bra)	set/2023	Set/2033	Bullet	2
		2ª série	IPCA	86.261	82.985	1.575	IPCA + 6,06%	AAA(bra)	set/2023	Set/2035	Bullet	2
		3ª série	IPCA	385.904	410.117	7.282	IPCA + 6,27%	AAA(bra)	set/2023	Set/2038	13ª, 14ª e 15ª ano	2
	15ª Debêntures	1ª série	CDI	1.000.000	993.396	40.424	CDI + 0,63%	AAA(bra)	abr/2024	Mai/2028	Bullet	2
		2ª série	IGP-M	300.000	315.682	5.199	IGP-M + 5,84%	AAA(bra)	abr/2024	Mai/2034	8ª, 9ª e 10ª ano	2
	16ª Debêntures	Única	CDI	400.000	398.951	16.076	CDI + 0,55%	-	set/2024	Set/2031	6ª e 7ª ano	2
	17ª Debêntures	Única	IPCA	650.000	640.453	20.126	IPCA + 7,16%	AAA.br	jan/2025	Jan/2040	13ª, 14ª e 15ª ano	2
	SWAP - Citibank	Única	CDI	362.600	375.866	-	CDI + 0,65%	-	set/2022	Set/2025	Bullet	1
	SWAP 1ª Série da 6ª emissão (BR Partners)	Única	IPCA	100.000	129.398	-	IPCA + 3,99%	-	ago/2019	Mai/2026	Bullet	2
SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Santander)	Única	IPCA	100.000	129.403	-	IPCA + 3,99%	-	ago/2019	Mai/2026	Bullet	2	
SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Itaú)	Única	IPCA	50.000	64.692	-	IPCA + 3,94%	-	set/2019	Mai/2026	Bullet	2	
SWAP 1ª Série da 6ª emissão (BR Partners)	Única	IPCA	50.000	64.596	-	IPCA + 3,91%	-	set/2019	Mai/2026	Bullet	2	
SWAP 1ª Série da 6ª emissão (Santander)	Única	IPCA	50.000	64.356	-	IPCA + 3,66%	-	set/2019	Mai/2026	Bullet	2	
SWAP 1ª Série da 6ª emissão (ABC)	Única	IPCA	50.000	64.420	-	IPCA + 3,59%	-	set/2019	Mai/2026	Bullet	2	
Non-Deliverable Forward (NDF)	Única	-	-	142.619	-6.626	-	-	-	Jul/2023	Abr/2026	Bullet	-
Janaúba	1ª Debêntures	Única	IPCA	224.000	237.472	4.783	IPCA + 4,50%	-	fev/2019	Jul/2033	Semestral	2
	2ª Debêntures	Única	IPCA	575.000	870.606	1.508	IPCA + 4,82%	-	dez/2019	Dez/2044	Anual	2
Lagoa Nova	Financiamento BNB	Única	IPCA	62.750	43.200	1.842	IPCA + 2,10%	-	jan/2019	Mai/2038	Mensal	12
EATE	9ª Debêntures	Única	CDI	100.000	49.951	1.743	CDI + 1,90%	-	abr/2021	Abr/2026	4ª e 5ª ano	2
	10ª Debêntures	Única	CDI	110.000	54.863	1.297	CDI + 1,80%	-	mai/2022	Mai/2027	4ª e 5ª ano	2
	11ª Debêntures	Única	CDI	310.000	154.549	1.426	CDI + 1,65%	-	dez/2023	Dez/2028	3ª, 4ª e 5ª ano	12
	12ª Debêntures	Única	CDI	255.000	127.027	5.738	CDI + 0,89%	-	set/2024	Set/2029	4ª e 5ª ano	1
	13ª Debêntures	1ª série	CDI	87.000	41.297	126	CDI + 0,67%	-	jun/2025	Jun/2030	3ª, 4ª e 5ª ano	2
2ª série		CDI	87.000	124.956	260	IPCA + 7,45%	-	jun/2025	Jun/2030	4ª e 5ª ano	2	
EBTE	2ª Debêntures	Única	CDI	98.000	18.606	649	CDI + 1,90%	-	set/2024	Abr/2026	4ª e 5ª ano	2
	3ª Debêntures	Única	CDI	25.000	33.433	791	CDI + 1,80%	-	abr/2021	Mai/2027	4ª e 5ª ano	2
	4ª Debêntures	Única	CDI	83.000	61.658	179	CDI + 0,67%	-	jun/2025	Jun/2030	4ª e 5ª ano	2
EDTE	2ª Debêntures	Única	IPCA	50.000	125.587	55.400	IPCA + 5,29%	-	jun/2025	Dez/2028	Semestral	2
ECTE	6ª Debêntures	Única	CDI	25.000	4.769	166	CDI + 1,90%	-	abr/2021	Abr/2026	4ª e 5ª ano	2
	7ª Debêntures	Única	CDI	60.000	11.428	270	CDI + 1,80%	-	mai/2022	Mai/2027	4ª e 5ª ano	2
	8ª Debêntures	Única	CDI	194.580	37.012	325	CDI + 0,89%	-	set/2024	Set/2029	Trimestral	4
	9ª Debêntures	Única	CDI	50.000	9.519	28	CDI + 0,67%	-	jun/2025	Jun/2030	1ª, 2ª, 3ª e 5ª ano	2
ENTE	5ª Debêntures	Única	CDI	631.628	14.951	354	CDI + 1,80%	-	dez/2019	Mai/2027	4ª e 5ª ano	2
	6ª Debêntures	Única	CDI	30.000	24.907	230	CDI + 1,65%	-	mai/2022	Dez/2028	3ª, 4ª e 5ª ano	12
	7ª Debêntures	Única	CDI	50.000	23.374	968	CDI + 0,89%	-	dez/2023	Set/2029	4ª e 5ª ano	2
ETEP	4ª Debêntures	Única	CDI	47.000	12.485	436	CDI + 1,90%	-	set/2024	Abr/2026	4ª e 5ª ano	2
	5ª Debêntures	Única	CDI	25.000	17.444	413	CDI + 1,80%	-	abr/2021	Mai/2027	4ª e 5ª ano	2
	6ª Debêntures	Única	CDI	35.000	48.788	2.205	CDI + 0,89%	-	mai/2022	Set/2029	4ª e 5ª ano	2
ESTE	1ª Debêntures	Única	IPCA	254.363	306.032	767	IPCA + 4,50%	-	dez/2018	Dez/2044	Semestral	2
	BDMG	Única	pré-fix	1.824	985	81	TJLP + 3,50%	-	out/2014	Out/2029	Mensal	12
TRANSIRAPÉ	3ª Debentures	Única	CDI	25.000	13.487	471	CDI + 1,90%	-	abr/2021	Abr/2026	4 e 5ª ano	2
IVAÍ	1ª Debêntures	Única	IPCA	2.364.612	1.154.799	-	IPCA + 4,99%	-	dez/2019	Dez/2043	Semestral	2
	1ª série	CDI	201.000	100.151	115	CDI + 0,50%	-	jun/2025	Jun/2030	Bullet	2	
AIMORÉS	1ª Debêntures	2ª série	CDI	49.000	24.415	28	CDI + 0,59%	-	jun/2025	Jun/2032	6ª e 7ª ano	2
	1ª série	CDI	364.000	181.369	208	CDI + 0,50%	-	jun/2025	Jun/2030	Bullet	2	
PARAGUAÇU	1ª Debêntures	2ª série	CDI	86.000	42.851	49	CDI + 0,59%	-	jun/2025	Jun/2032	6ª e 7ª ano	2
	Total				13.016.224	287.778						

* A dívida foi captada em USD, indexada a Libor, mas como possui um swap para CDI, foi considerado o valor final da dívida com o saldo do swap.

Resultados do 2º trimestre de 2025



3.6. Empreendimentos de Grande Porte em Implantação

A Companhia possui atualmente quatro empreendimentos em implantação com um investimento total ANEEL de R\$ 4,3 bilhões e uma RAP de R\$ 490,7 MM (ciclo RAP 2025-2026) – uma parte dessa RAP já em operação (R\$ 137,5 MM de Saíra) – e sete reforços de grande porte com um investimento total ANEEL de R\$ 464,6 MM e uma RAP autorizada de R\$ 82,8 MM.

Leilões	Empreendimento	Extensão/ Localização	Parceria	RAP (ciclo 2025-26) R\$ MM	Capex ANEEL R\$ MM	Assinatura do Contrato	Prazo de Conclusão ANEEL	Status
Leilão 002/2021 Dez/21	Ananáf (Lote 1)	363 km / São Paulo e Paraná	100% TAESA	171,1	1.750	mar/22	mar/27	Em andamento
Leilão 002/2022 Dez/22	Tangará (Lote 3)	279 km / Maranhão e Pará	100% TAESA	108,3	1.117	mar/23	mar/28	Em andamento
Leilão 002/2022 Dez/22	Saíra (Lote 5)	743 km / Rio Grande do Sul e Santa Catarina	100% TAESA	191,7	1.176	mar/23	mar/28	Em andamento (~72% de RAP habilitada)
Leilão 002/2024 Set/24	Juruá	1,2 km / São Paulo	100% TAESA	19,6	244,0	dez/24	jun/28	Em andamento
REA nº 13.194/2022	TSN	1.139 km / Bahia e Goiás	100% TAESA	11,3	70,7	jul/22	jan/25	Em andamento
REA nº 15.027/2024 Despacho nº 677/2024	São Pedro	418 km / Piauí e Bahia	100% TAESA	6,4 5,3	40,9 34,6	abri/23 mar/24	nov/25 set/26	Em andamento
REA nº 14.819/2023	ATE	370 km / São Paulo e Paraná	100% TAESA	18,7	80,9	ago/23	abr/26	Em andamento
REA nº 15.196/2024	ATE III	454 km / Pará e Tocantins	100% TAESA	6,7	41,8	mar/24	mar/26	Em andamento
REA nº 15.573/2024	EATE	927km / Pará e Maranhão	49,98% TAESA	24,0	136,5	out/24	dez/27	Em andamento
REA nº 15.573/2024	ENTE	459 km / Pará e Maranhão	49,99% TAESA	10,4	59,2	out/24	jun/29	Em andamento
TOTAL		8175 km		R\$ 573,5	R\$ 4.752			

Obs: Os valores da RAP apresentados na tabela acima estão adicionados de PIS/COFINS e consideram *stake* TAESA para RAP e CAPEX.

Resultados do 2º trimestre de 2025



3.6.1. Investimentos

No 6M25, a Companhia, suas controladas, investidas em conjunto e coligadas investiram o total de R\$ 747,7 MM contra R\$ 363,9 MM investidos no 6M24, referentes aos empreendimentos em implantação. O aumento de R\$ 383,8 MM entre os períodos comparados se deve, principalmente, aos maiores investimentos nos empreendimentos Tangará e Saira (2ª fase) e nos reforços de São Pedro, ATE e ATE III. Estes efeitos foram compensados por menores investimentos nos empreendimentos de Ananaí, devido ao atraso do licenciamento ambiental, Pitiguari e nos reforços de Novatrans em função das energizações ocorridas entre novembro 2024 e junho de 2025.

Projetos em construção - proporcional à participação da TAESA

R\$ MM	Custo de Implementação (Capex)										6M25	TOTAL
	2015-2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024			
Mariana	25,9	38,1	22,8	55,1	34,6	-	-	-	-	-	-	176,5
Miracema	1,2	41,7	115,0	110,7	-	-	-	-	-	-	-	268,6
Janaúba	-	10,2	30,7	116,1	655,1	162,1	-	-	-	-	-	974,2
Aimorés	-	3,9	3,6	65,9	82,0	15,8	37,4	-	-	-	-	208,6
Paraguaçu	-	5,8	4,6	110,8	109,0	40,5	92,7	-	-	-	-	363,4
Ivaí	-	8,7	12,7	46,2	379,1	348,5	131,2	248,1	-	-	-	1.174,5
ESTE	-	0,9	4,5	6,2	122,5	140,8	28,5	-	-	-	-	303,4
EDTE	-	-	14,6	175,2	1,8	-	-	-	-	-	-	191,6
Sant'Ana	-	-	-	32,2	151,0	268,3	118,4	124,3	-	-	-	694,2
Ananaí	-	-	-	-	-	-	106,9	581,1	304,7	142,1	1.134,9	
Pitiguari	-	-	-	-	-	-	3,8	27,6	147,5	46,1	225,1	
Tangará	-	-	-	-	-	-	-	78,1	221,3	381,0	680,4	
Saira ¹	-	-	-	-	-	-	-	927,9	59,4	135,2	1.122,5	
Juruá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,2	0,2	
Novatrans ²	-	-	-	-	-	-	-	46,1	170,4	4,7	211,8	
TSN ³	-	-	-	-	-	-	-	17,7	68,4	11,2	97,3	
São Pedro ⁴	-	-	-	-	-	-	-	0,1	7,9	20,4	28,4	
ATE ⁵	-	-	-	-	-	-	-	1,3	14,4	8,9	24,6	
ATE III ⁶	-	-	-	-	-	-	-	-	5,5	7,4	13,0	
Total	27,1	109,2	208,7	718,3	1.535,2	975,9	519,0	2.052,4	999,6	747,8	7.893,2	

Obs: Os valores apresentados na tabela acima consideram os custos de implementação de infraestrutura em cada um dos projetos pelo regime de competência, em linha com o resultado em IFRS divulgado pela companhia. Os valores apresentados de reforços (Novatrans, TSN, São Pedro, ATE e ATE III) a partir de 2023 são majoritariamente referentes às REAs destacadas neste documento, mas podem considerar reforços de menor porte ou melhorias que não foram mencionados aqui. (1) O valor de 2023 inclui o pagamento da indenização de R\$ 870,6 MM à concessionária anterior. (2) Os valores de Novatrans são referentes principalmente aos reforços autorizados através das Resoluções Autorizativas ANEEL (REA) nº 12.850/2022 e 12.823/2022. (3) O valor da TSN é referente principalmente ao reforço autorizado através da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 13.194/2022. (4) O valor de São Pedro é referente principalmente aos reforços autorizados através da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 15.027/2024 e Despacho ANEEL nº 677/2024. (5) O valor da ATE é referente principalmente ao reforço autorizado através da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 14.819/2023. (6) O valor da ATE III acima é referente principalmente a reforços de pequeno porte e melhorias.

Resultados do 2º trimestre de 2025



3.6.2. Premissas Divulgadas

Visando maior transparência e com o intuito de facilitar o cálculo e modelagem do fluxo de caixa da Companhia, segue abaixo algumas premissas dos empreendimentos atualmente em construção, arrematados em leilões (*greenfield*).

Antecipação de entrada em operação versus prazo ANEEL:

- Ananaí: 10 a 12 meses
- Tangará: cerca de 24 meses
- Saíra (2ª fase): cerca de 24 meses
- Juruá (lote 3): 6 meses (limite do edital)

Eficiência do CAPEX versus CAPEX ANEEL:

- Ananaí, Tangará e Saíra (2ª fase): média de 15%
- Juruá: mais que 25%

Outras premissas – Juruá:

- 80% do CAPEX concentrado em equipamentos
- Mais de 50% do CAPEX a ser desembolsado no último ano da obra
- Margem EBITDA acima de 90%
- Regime de lucro presumido

Resultados do 2º trimestre de 2025



3.6.3. Status dos Projetos

Ivaí

- Projeto básico protocolado na ANEEL.
- Protocolado EIA/RIMA junto ao IAP.
- Licença Prévia (LP) para as instalações de 230 kV emitida em setembro de 2018.
- Alteração da denominação social de Elétricas Reunidas do Brasil S.A. (ERB1) para Interligação Elétrica Ivaí S.A.
- Licença de Instalação (LI) emitida para SE Sarandi de 525/230 kV em abril de 2019, SE Paranavaí Norte - 230/138 kV em maio de 2019, LT 230 kV Sarandi - Paranavaí Norte em junho de 2019, e para SEs de Londrina de 525 kV, Foz do Iguaçu de 525 kV e Guaíra de 525 kV/230 kV e LT 525 kV Sarandi - Londrina em agosto de 2019.
- 1ª emissão de debêntures de Ivaí em janeiro de 2020.
- Emissão dos Termos de Liberação provisórios (i) em novembro de 2022, para o corredor de 525kV para as linhas de transmissão LT Foz do Iguaçu – Guaíra (circuito duplo), Módulos Gerais 525 kV das SE Foz do Iguaçu e SE Guaíra, Bancos de Reatores 525 kV da SE Guaira, e (ii) em maio de 2023, para os Bancos de Transformadores 525/230 kV da SE Guaíra. Emissão dos TLDs para esses trechos em maio de 2023.
- Emissão dos Termos de Liberação provisórios para o corredor de 525 kV para as linhas de transmissão LT 525 kV Guaíra – Sarandi (circuito duplo) em novembro de 2022, com emissão de TLD em dezembro de 2022.
- Emissão dos Termos de Liberação provisórios para o corredor de 525kV dos Bancos de Reatores da SE Guaíra em novembro de 2022, com emissão de TLD em janeiro de 2023.
- Emissão dos Termos de Liberação provisórios para início da operação comercial do Banco de Capacitores 138kV-30 Mvar da SE Paranavaí Norte, o Módulo Geral 230 kV da SE Paranavaí Norte com interligações, Bancos de Transformadores 230/138 kV da SE Paranavaí Norte, LT 230 kV Sarandi – Paranavaí Norte (circuito duplo) e entradas de linha 138 kV Paranavaí e a LT 230 kV Sarandi-Paranavaí Norte (circuito duplo) em janeiro de 2023, com emissão de TLD em abril de 2023.
- Emissão dos Termos de Liberação provisórios e TLD para LT 525 kV Sarandi – Londrina C1 em novembro de 2022. Emissão dos Termos de Liberação provisórios para LT 525 kV Sarandi – Londrina C2 em novembro de 2022. Emissão de TLD para o Módulo Geral 525 kV da SE Londrina em novembro de 2022.
- Emissão dos Termos de Liberação provisórios para o Módulo Geral 525 kV da SE Sarandi, os Bancos de Reatores 525 kV SE Sarandi, e os Bancos de Transformadores 525/230 kV SE Sarandi em novembro de 2022. Emissão dos TLDs para estes trechos em agosto de 2023.
- Atendimento de requisitos para fins de liberação de garantia no processo de debêntures emitidas.
- Emissão do TLD LT 525 kV Sarandi – Londrina C2 em março de 2023.
- Entrada em operação comercial total em março de 2024.

Sant'Ana

- Constituição da empresa Sant'Ana Transmissora de Energia S.A. em janeiro de 2019.
- Assinatura do contrato de concessão em 22 de março de 2019.
- Licenças Prévia e de Instalação (LPI) emitidas para SEs Livramento 3 e Maçambará 3, ambas de 230kV, em outubro de 2019.
- Licenças Prévias (LP) emitidas para todas as linhas de transmissão e para as 3 subestações existentes (SE Alegrete 2, SE Cerro Chato e SE Santa Maria 3) em dezembro de 2019.
- Emitida Licença de Instalação para as linhas de transmissão LT Livramento 3 – Alegrete 2 (C1), LT Livramento 3 – Maçambará 3 (C1), LT Livramento 3 – Cerro Chato (C1), e seccionamentos LT Maçambará – Santo Ângelo (C1/C2), todas com tensão de 230kV, bem como para as ampliações nas subestações existentes de SE 230kV Alegrete 2 e SE 230kV Cerro Chato em abril de 2020.

Resultados do 2º trimestre de 2025



- Emitida última Licença de Instalação para a linha de transmissão LT 230kV CS Livramento 3 – Santa Maria 3 e para a ampliação das subestações existentes associadas em novembro de 2020.
- Termos de Liberação para as linhas de transmissão LT Livramento 3 – Alegrete 2 e LT Livramento 3 – Cerro Chato e para parte da subestação SE 230 kV Livramento 3 emitidas em 1º de abril de 2022, retroativo a 28 de março de 2022.
- Termos de Liberação para a linha de transmissão LT Livramento 3 – Maçambará 3, para subestação SE Maçambará 3 e Seccionamento Maçambará – Santo Ângelo em Maçambará 3 C1 emitido em 7 de dezembro de 2022, retroativo a 30 de novembro de 2022.
- Energização do trecho de LT Livramento 3 – Santa Maria 3 e SE Santa Maria 3 em 2 de maio de 2023.
- Energização do Compensador Síncrono da SE Livramento 3 em 18 de maio de 2023.
- Energização do Seccionamento Maçambará – Santo Ângelo em Maçambará 3 C2 em 25 de agosto de 2023.
- Empreendimento incorporado na TAESA em 29 de dezembro de 2023.
- Entrada em operação comercial em dezembro de 2023.

Nota: O empreendimento atualmente recebe 98,8% de sua RAP, uma vez que existem pendências técnicas que estão sendo conciliadas junto a ANEEL e uma vez que sanadas Sant'Ana passará a receber 100% da sua RAP.

Ananai

- Constituição da empresa Ananai Transmissora de Energia Elétrica S.A. em dezembro de 2021 para construir e operar o Lote 1 do Leilão 002/2021.
- Assinatura do contrato de concessão em 31 de março de 2022.
- Licença Prévia (LP) para o trecho da LT 525 kV Bateias – Curitiba Leste emitida em agosto de 2023 e para o trecho da LT 500 kV Ponta Grossa – Assis emitida em setembro de 2023.
- Licença de Instalação (LI) para o trecho da LT 525 kV Bateias – Curitiba Leste, incluindo as obras de ampliação das subestações SE Bateias e SE Curitiba Leste a serem interligadas, emitida em junho de 2024.
- Licença de Instalação (LI) para o trecho da LT 500 kV Ponta Grossa – Assis, incluindo as obras de ampliação das Subestações SE Ponta Grossa e SE Assis a serem interligadas, emitida em novembro de 2024.
- Avanço físico: 50,2% em 30 de junho de 2025.

Pitiguari

- Constituição da empresa Pitiguari Transmissora de Energia Elétrica S.A. em junho de 2022 para construir e operar o Lote 10 do Leilão 001/2022.
- Assinatura do contrato de concessão em 30 de setembro de 2022.
- Licença Prévia (LP) para os trechos LT 230 kV Abdon Batista – Videira e LT 230 kV Abdon Batista – Barra Grande emitida em agosto de 2023.
- Licença de Instalação (LI) para os trechos LT 230 kV Abdon Batista – Videira e LT 230 kV Abdon Batista – Barra Grande, incluindo as obras de ampliação das subestações SE Barra Grande, SE Abdon Batista e SE Videira, emitida em fevereiro de 2024.
- Emissão do Termo de Liberação do trecho LT 230 kV Abdon Batista – Barra Grande em dezembro de 2024, representando 20% da RAP do empreendimento.
- Emissão do Termo de Liberação do trecho LT 230 kV Abdon Batista – Videira C1 em junho de 2025. Com esta liberação, Pitiguari passa a receber 100% da RAP do empreendimento..
- Avanço físico: 100% em 30 de junho de 2025.

Resultados do 2º trimestre de 2025



Tangará

- Constituição da empresa Tangará Transmissora de Energia Elétrica S.A. em dezembro de 2022 para construir e operar o Lote 3 do Leilão 002/2022.
- Assinatura do contrato de concessão em 30 de março de 2023.
- Licença Prévia para Subestação Santa Luzia III emitida em dezembro de 2023 e para LT 230kV Açailândia – Dom Eliseu II e para LT 230kV Encruzo Novo – Santa Luzia III em janeiro de 2024.
- Licença Ambiental Unificada para a SE Encruzo Novo em janeiro de 2024.
- Licença Prévia para o seccionamento da LT 230 kV Açailândia – Miranda II em fevereiro de 2024.
- Licença de Instalação para a subestação SE Santa Luzia III em fevereiro de 2024.
- Licença de Instalação para a SE Açailândia, SE Dom Eliseu II e LT 230 kV Encruzo Novo – Santa Luzia III em junho de 2024.
- Licença de Instalação para o seccionamento da LT 500 kV Açailândia – Miranda II na SE Santa Luzia III em outubro de 2024.
- Licença de Instalação para a LT 230 kV Açailândia – Dom Eliseu II em novembro de 2024.
- Avanço físico: 70,7% em 30 de junho de 2025.

Sáira

- Constituição da empresa Sáira Transmissora de Energia Elétrica S.A. para operar e realizar revitalizações do Lote 5 do Leilão 002/2022, conforme previsto no contrato.
- Assinatura do contrato de concessão em 30 de março de 2023.
- Operação das instalações Garabi I e II e Linhas de Transmissão LT Santo Ângelo – Itá, LT Garabi 2 – Santo Ângelo, e LT Garabi 1 – Fronteira com RAP habilitada (1ª fase) em operação em 31 de março de 2023.
- Empreendimento incorporado na TAESA em 29 de dezembro de 2023.
- Revitalizações (2ª fase) - Avanço físico: 80,4% em 30 de junho de 2025.

Juruá

- Constituição da empresa Juruá Transmissora de Energia Elétrica S.A. em dezembro de 2024 para construir e operar o Lote 3 do Leilão 02/2024
- Avanço físico: 7,0% em 30 de junho de 2025

Reforços Novatrans

- Obtenção das Resoluções Autorizativas ANEEL (REA) nº 12.850/2022 e 12.823/2022, em outubro de 2022, para implantar reforços nas instalações de Novatrans relativo à substituição do banco de capacitores na SE Imperatriz e na SE Colinas.
- Emissão do Termo de Liberação referente à parte das instalações da Colinas, no âmbito do reforço autorizado através da REA nº 12.823/2022 em novembro de 2024
- Emissão do Termo de Liberação referente ao banco de capacitor da SE Colinas, no âmbito do reforço autorizado através da REA nº 12.850/2022 em dezembro de 2024
- Emissão Termo de Liberação referente à parte remanescente das instalações de Imperatriz, no âmbito do reforço autorizado através da REA nº 12.823/2022 em fevereiro de 2025.
- Entrada em operação comercial total em fevereiro de 2025.

Reforços TSN

- Obtenção da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 12.267/2022 em novembro 2022, posteriormente alterada via REA nº 13.194/2022, em novembro de 2022, para implantar reforço na concessão TSN relativo à instalação do 3º Autotransformador 500/230 kV, 3x100 MVA e conexões na SE Bom Jesus da Lapa II.
- Avanço físico: 86,9% em 30 de junho de 2025.

Resultados do 2º trimestre de 2025



Reforços São Pedro

- Obtenção da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 14.524/2023 em abril de 2023, posteriormente alterada via REA nº 15.027/2024, em janeiro de 2024, para implantar reforço na concessão São Pedro relativo à instalação de seccionamento da LT 230kV Rio Grande II – Barreiras II e módulos na SE Barreiras.
- Obtenção de Despacho ANEEL nº 677/2024, em março de 2024, para implantar reforço relativo à instalação do 3º Autotransformador 230/138 kV da SE Rio Grande II.
- Avanço físico: (REA nº 15.027/2024): 49,8% em 30 de junho de 2025.
- Avanço físico: (DSP nº 677/2024): 11,7% em 30 de junho de 2025.

Reforços ATE

- Obtenção da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 14.819/2023, em agosto de 2023, para implantar reforço na concessão ATE relativo à instalação do 2º Autotransformador 500/440 kV, 3x500 MVA e conexões na SE Assis.
- Avanço físico: 34,9% em 30 de junho de 2025.

Reforços ATE III

- Obtenção da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº 15.196/2024, em março de 2024, para implantar reforço na concessão ATE III relativo à instalação do 2º Banco de Reatores de Barra Monofásicos de 3 x 45,3 Mvar na SE Itacaiúnas.
- Avanço físico: 31,4% em 30 de junho de 2025.

Reforços EATE

- Obtenção da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº N° 15.573, de 29 de outubro de 2024 para implantar reforço na concessão EATE referente a substituição do banco de capacitor Série (CR 500 kV 315 Mvar Açailândia BC2 MA) e substituição do banco de capacitor série (CR 500 kV 435 Mvar Açailândia BC3 MA) em SE Açailândia e substituição do banco de capacitor série (CR 500 kV 279 Mvar Marabá BC3 PA) em SE Marabá.
- Avanço físico: 22,6% em 30 de junho de 2025.

Reforços ENTE

- Obtenção da Resolução Autorizativa ANEEL (REA) nº N° 15.573, de 29 de outubro de 2024 para implantar reforço na concessão ENTE referente a substituição do banco de capacitor série (CR 500 kV 435 Mvar P. Dutra BC3 MA) em SE Presidente Dutra, substituição do banco de capacitor Série (CR 500 kV 315 Mvar Açailândia BC4 MA) em SE Açailândia e substituição do banco de capacitor Série (CR 500 kV 279 Mvar Marabá BC4 PA) em SE Marabá.
- Avanço físico: 20,1% em 30 de junho de 2025.

Resultados do 2º trimestre de 2025



3.7. Resultado Societário (IFRS)

3.7.1. Receita Líquida

A Receita Líquida IFRS do 2T25 foi de R\$ 1.261,8 MM, 38,5% maior que o 2T24, impulsionada principalmente por: (i) maiores investimentos em Tangará, Saíra (2ª fase) e reforços de São Pedro; (ii) reconhecimento pontual de receita decorrente do processo fiscalizatório da RTP do ciclo anterior; e (iii) menor Parcela Variável. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelos menores investimentos Pitiguari e reforços de Novatrans devido às entradas em operação, e menor receita de correção monetária em função do menor IGP-M no período.

A Receita Líquida IFRS do 6M25 foi de R\$ 2.244,7 MM, 36,8% maior que o registrado no 6M24.

Considerando o reajuste inflacionário da receita assegurado no contrato de concessão, a TAESA contabiliza mensalmente a correção monetária do ativo de contrato da concessão no resultado. Dessa forma, o efeito inflacionário é reconhecido mês a mês considerando-se a inflação em IGP-M ou IPCA verificada no mês anterior. Os índices utilizados para a correção monetária do segundo trimestre de 2025 foram:

Mês	IGP-M	IPCA	Mês	IGP-M	IPCA
mar/24	-0,47%	0,16%	mar/25	-0,34%	0,56%
abr/24	0,31%	0,38%	abr/25	0,24%	0,43%
mai/24	0,89%	0,46%	mai/25	-0,49%	0,26%
Acumulado 2T24	0,73%	1,00%	Acumulado 2T25	-0,59%	1,25%
Acumulado 6M24	1,02%	2,84%	Acumulado 6M25	1,68%	3,28%

Receita Operacional Líquida - IFRS (Consolidado)

R\$ MM	2T25	2T24	Var.%	6M25	6M24	Var.%
Operação e manutenção	268,4	267,4	0,4%	536,7	534,8	0,3%
Remuneração do ativo contratual de concessão	296,3	285,4	3,8%	588,2	571,4	2,9%
Correção monetária do ativo contratual de concessão	93,0	100,4	-7,4%	324,5	235,3	37,9%
Implementação de infraestrutura	674,8	341,4	97,6%	942,8	460,5	104,7%
Total Receitas IFRS	1.332,5	994,6	34,0%	2.392,1	1.802,0	32,7%
Parcela variável	(0,2)	(6,8)	-96,8%	(7,0)	(26,7)	-73,9%
Outras receitas operacionais	23,6	5,6	322,3%	37,2	19,6	89,5%
Receita operacional bruta	1.355,9	993,4	36,5%	2.422,4	1.795,0	35,0%
PIS e COFINS	(68,2)	(56,1)	21,6%	(125,4)	(101,2)	23,9%
ISS	(0,1)	(0,1)	5,8%	(0,2)	(0,2)	36,5%
ICMS	(0,0)	(0,0)	966,7%	(0,1)	(0,0)	562,1%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(25,7)	(26,1)	-1,6%	(51,9)	(53,0)	-2,0%
Deduções da receita operacional bruta	(94,0)	(82,3)	14,3%	(177,7)	(154,4)	15,1%
Receita operacional líquida	1.261,8	911,1	38,5%	2.244,7	1.640,6	36,8%

A variação e a composição da receita líquida IFRS da TAESA refletem, principalmente, os seguintes aspectos:

- **Operação e manutenção:** O aumento de 0,4% da receita de O&M se deve, principalmente, ao reajuste de 3,9% (IPCA) do ciclo 2024-2025 para as concessões de categoria 3, conforme Resolução Homologatória nº 3.348/2024 e entrada em operação de Pitiguari, compensados pelo reajuste inflacionário de -0,3% (IGP-M) do mesmo ciclo para as concessões de categoria 2.
- **Remuneração do ativo de contrato:** O aumento de 3,8% se deve principalmente à entrada em operação dos bancos capacitores de Novatrans e Pitiguari, além do efeito da correção monetária sobre o ativo de contrato que, compensou a queda natural do ativo de contrato em função da amortização dos recebimentos.

Resultados do 2º trimestre de 2025



- **Correção monetária do ativo de contrato:** A receita de correção monetária apresentou uma redução na comparação anual de R\$ 7,4 MM em razão do menor IGP-M (-0,59% no 2T25 versus +0,73% no 2T24), compensado parcialmente pelo maior IPCA (+1,25% no 2T25 versus +1,00% no 2T24) e pelas revisões tarifárias de Novatrans e São Pedro.
- **Implementação de infraestrutura:** O aumento na comparação anual de R\$ 333,4 MM na receita de implementação se deve, principalmente, aos maiores investimentos nos empreendimentos Tangará, Saíra (2ª fase) e reforços de São Pedro. Estes efeitos foram compensados parcialmente pela entrega dos reforços de Novatrans e Pitiguari, e pelo atraso de Ananái.
- **Parcela variável (PV):** Idem explicação da Parcela Variável do resultado regulatório. Vide seção 3.3.1.
- **Outras receitas operacionais:** O aumento de R\$ 18,0 MM se deve, principalmente, pelo reconhecimento pontual de receita após o processo fiscalizatório da RTP do ciclo anterior com impacto principalmente nas concessões Novatrans, São Pedro, Munirah e TSN.
- **Deduções da receita bruta:** Houve um aumento de 14,3% na comparação entre 2T25 versus 2T24 em função do aumento do PIS/COFINS motivado pelo aumento da receita operacional bruta.

Resultados do 2º trimestre de 2025



3.7.2. Custos, Despesas, Depreciação e Amortização

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram R\$ 608,0 MM no 2T25, 53,4% maior quando comparado ao 2T24.

Custos, Despesas e Depreciação e Amortização totalizaram no semestre R\$ 993,6 MM, 73,0% maior quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

Custos, Despesas e D&A - IFRS (Consolidado)

R\$ MM	2T25	2T24	Var.%	6M25	6M24	Var.%
Pessoal	(63,8)	(62,1)	2,8%	(126,0)	(128,6)	-2,0%
Material	(501,2)	(299,1)	67,6%	(792,1)	(380,7)	108,1%
Custo de O&M	(18,1)	(8,7)	108,3%	(39,3)	(12,6)	212,5%
Custo de infra	(480,8)	(288,5)	66,7%	(749,4)	(364,8)	105,4%
Diversos	(2,3)	(1,9)	22,9%	(3,4)	(3,3)	2,9%
Serviço de terceiros	(25,8)	(27,0)	-4,4%	(43,8)	(47,6)	-8,0%
Outros	(7,6)	(2,9)	157,3%	(14,3)	(7,5)	91,3%
Total	(598,5)	(391,2)	53,0%	(976,2)	(564,3)	73,0%
Depreciação e amortização	(9,5)	(5,3)	80,2%	(17,4)	(9,9)	75,6%
Total	(608,0)	(396,4)	53,4%	(993,6)	(574,2)	73,0%

As variações nos custos IFRS foram ocasionadas principalmente pelos seguintes eventos:

- **Pessoal:** Idem explicação do custo de Pessoal do resultado regulatório. Vide seção 3.3.2.
- **Material:**
 - **Custo de O&M:** O aumento de R\$ 9,4 MM foi influenciado principalmente por maiores investimentos de O&M na concessão de Novatrans (R\$ 11,9 MM) em função da energização de dois reforços de grande porte entregues entre novembro 2024 e fevereiro 2025, compensado em parte por menores investimentos na concessão de Saíra.
 - **Custo de Implementação:** O aumento de R\$ 192,3 MM na comparação entre 2T25 e o 2T24 se deve, principalmente, por maiores investimentos em Tangará (+R\$ 225,3 MM), Saíra (+R\$ 23,3 MM) e nos reforços de São Pedro (+R\$ 15,1 MM), ATE III (+R\$ 4,1 MM) e ATE (+R\$ 3,1 MM), compensados, em parte, por menores investimentos em Ananaí (-R\$ 37,9 MM), e nos reforços da Novatrans (-R\$ 21,1 MM) e Pitiguari (-R\$ 20,3 MM) devidos às suas energizações.
 - **Outros (materiais):** Idem explicação do custo de Materiais do resultado regulatório. Vide seção 3.3.2.
- **Serviços de terceiros:** Idem explicação do custo de Serviços de terceiros do resultado regulatório. Vide seção 3.3.2.
- **Outros:** O aumento de R\$ 4,7 MM se deve, principalmente, a maiores provisões de contingências cíveis neste trimestre, reversão de provisões de contingências trabalhistas ocorrida no 2T24, e eventos não recorrentes líquidos no montante de R\$ 0,2 MM.
- **Depreciação e amortização:** O aumento de R\$ 4,2 MM entre os trimestres refere-se basicamente às unitizações de ativos realizadas entre 4T24 e 2T25.

Resultados do 2º trimestre de 2025



3.7.3. Resultado de Equivalência Patrimonial

O Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS no 2T25 totalizou R\$ 118,9 MM, 9,9% menor que o 2T24. Já no primeiro semestre de 2025, a Equivalência Patrimonial IFRS fechou em R\$ 289,0 MM, em linha com o mesmo período de 2024.

Equivalência Patrimonial IFRS

R\$ MM	2T25	2T24	Var. %	6M25	6M24	Var. %
ETAU	4,4	6,0	-26,5%	12,4	29,0	-57,2%
TBE	55,1	74,8	-26,4%	152,4	139,4	9,3%
Aimorés	13,8	12,5	9,8%	29,1	29,2	0,0%
Paraguaçu	21,3	18,5	14,7%	44,7	39,6	12,9%
Ivaí	24,3	20,0	21,9%	50,3	52,0	-3,3%
Total Equivalência Patrimonial	118,9	131,9	-9,9%	289,0	289,1	0,0%

A redução de R\$ 13,0 MM no resultado IFRS das investidas em conjunto e coligadas, na comparação entre o 2T25 e o 2T24, se deve principalmente a: (i) redução da receita de correção monetária em função do reajuste negativo do IGP-M entre os períodos, com impacto mais relevante na TBE; e (ii) maiores despesas financeiras nas concessões de Ivaí e TBE. Estes efeitos foram compensados pelo aumento do IPCA entre os períodos comparados, com impacto positivo na receita de correção monetária de Aimorés, Paraguaçu e Ivaí, e pela renovação do benefício fiscal SUDAM da EATE (TBE) ocorrida no 3T24.

3.7.4. Resultado Financeiro Líquido

A despesa financeira líquida IFRS totalizou R\$ 227,1 MM no 2T25, 11,9% maior que o registrado no 2T24.

No primeiro semestre de 2025, a despesa financeira líquida IFRS fechou em R\$ 571,4 MM, apresentando um aumento de 13,2% contra 6M24.

Resultado Financeiro IFRS

R\$ MM	2T25	2T24	Var. %	6M25	6M24	Var. %
Receitas Financeiras	31,1	29,6	5,2%	52,9	55,7	-5,1%
Renda de aplicação financeira	24,1	28,3	-14,9%	44,3	52,2	-15,2%
Outras Receitas financeiras	7,0	1,2	464,1%	8,6	3,5	145,7%
Despesas Financeiras	(258,2)	(232,5)	11,1%	(624,3)	(560,6)	11,4%
Juros incorridos	(208,6)	(183,0)	14,0%	(428,5)	(381,1)	12,4%
Variações monetárias e cambiais	(49,3)	(42,4)	16,1%	(191,1)	(166,5)	14,8%
Outras despesas/receitas financeiras	(0,3)	(7,0)	-95,4%	(4,6)	(12,9)	-64,3%
Total IFRS	(227,1)	(202,9)	11,9%	(571,4)	(504,9)	13,2%

Idem explicação do Resultado Financeiro Regulatório. Vide seção 3.3.6.

Resultados do 2º trimestre de 2025



3.7.5. Impostos

A redução de 12,3% do Imposto de Renda e Contribuição Social em IFRS reconhecido no resultado entre o 2T25 e 2T24 é explicado, principalmente, pelo (i) maior impacto gerado pelas empresas de lucro presumido, (ii) dedução do Juros sobre Capital Próprio (JCP) distribuído no trimestre, e (iii) ajustes extemporâneos do diferido sobre derivativo financeiro na linha de Outros. Estes efeitos foram compensados, em parte, pelo aumento do lucro tributável e menor aproveitamento do benefício SUDAM/SUDENE em função do prejuízo fiscal na TAESA holding no período.

R\$ MM	IFRS					
	2T25	2T24	Var.%	6M25	6M24	Var.%
Conciliação Imposto						
Lucro antes dos impostos (EBT)	545,5	443,6	23,0%	968,6	850,6	13,9%
Exclusão Equivalência Patrimonial (EP)	(118,9)	(131,9)	-9,9%	289,0	289,1	0,0%
Base excluindo EP	426,7	311,7	36,9%	679,6	561,5	21,0%
Dedução - JCP distribuído	(188,3)	(144,9)	29,9%	(188,3)	(144,9)	29,9%
Lucro Tributável	238,4	166,8	42,9%	491,4	416,6	17,9%
IRCS (alíquota 34%)	(81,1)	(56,7)	42,9%	(167,1)	(141,6)	17,9%
Impacto do Regime de Lucro Presumido	51,0	13,5	278,7%	47,2	53,9	-12,4%
Benefício SUDAM/SUDENE	0,8	4,0	-81,1%	3,3	16,0	-79,1%
Outros	(6,2)	(1,2)	400,4%	23,1	(0,9)	-
IRPJ e CSLL reconhecido no resultado	(35,5)	(40,5)	-12,3%	(93,4)	(72,7)	28,4%
Alíquota Efetiva: IRCS / Base excluindo EP	8,3%	13,0%	-4,7 pp	13,7%	13,0%	0,8 pp
Alíquota de tributação, partindo Base ex-EP	34,0%	34,0%		34,0%	34,0%	
Deduções e benefícios fiscais	-25,7%	-21,0%		-20,3%	-21,0%	
JCP	-15,0%	-15,8%		-9,4%	-8,8%	
Lucro Presumido	-12,0%	-4,3%		-6,9%	-9,6%	
SUDAM/SUDENE	-0,2%	-1,3%		-0,5%	-2,8%	
Outros	1,5%	0,4%		-3,4%	0,2%	
Alíquota Efetiva	8,3%	13,0%		13,7%	13,0%	

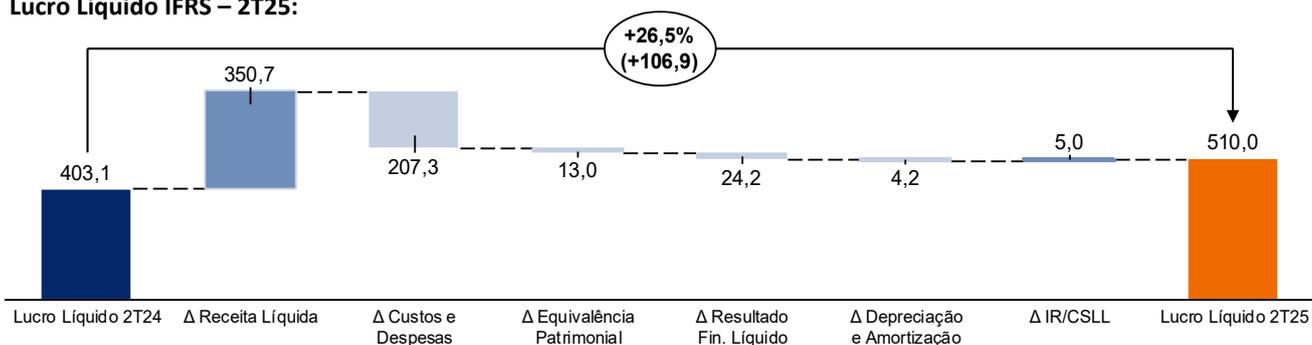
Resultados do 2º trimestre de 2025



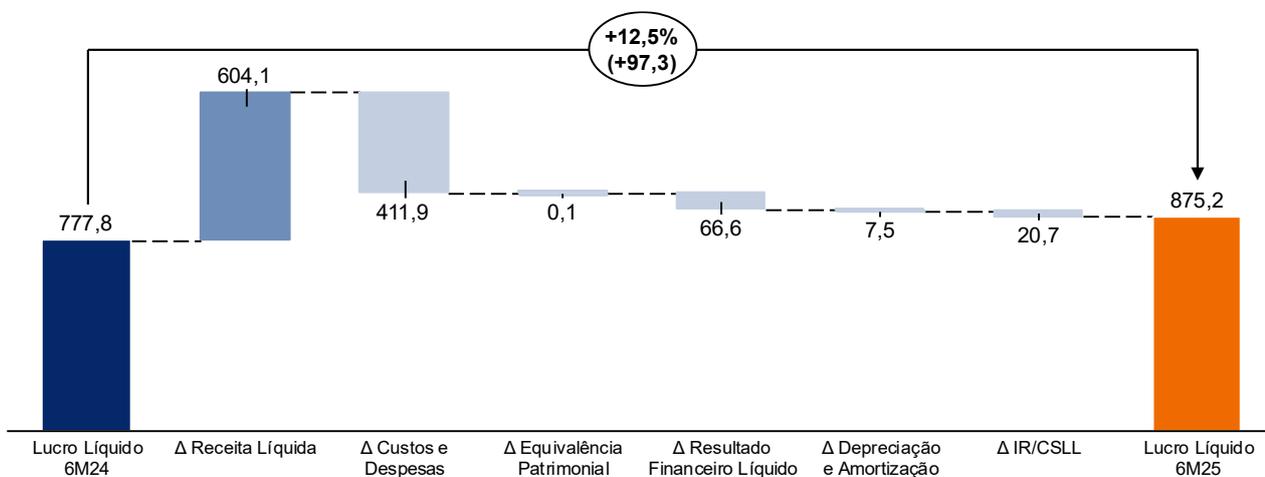
3.7.6. Lucro Líquido

Lucro Líquido IFRS totalizou R\$ 510,0 MM no 2T25, apresentando um aumento anual de 26,5%. No primeiro semestre de 2025, o Lucro Líquido IFRS fechou em R\$ 875,2 MM, 12,5% maior que o mesmo período de 2024.

Lucro Líquido IFRS – 2T25:



Lucro Líquido IFRS – 6M25:



Resultados do 2º trimestre de 2025



4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4.1. Valor Residual

A partir do saldo atual do ativo imobilizado das concessões da TAESA, foram calculados a depreciação anual média e o valor residual de cada concessão. O objetivo é dar transparência aos valores não depreciados das concessões ao fim dos seus respectivos contratos.

Conforme as notas explicativas das Demonstrações Contábeis Regulatórias, a depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme normas regulatórias vigentes. As taxas médias anuais de depreciação são determinadas nas tabelas anexas à resolução vigente emitida pela ANEEL. O valor residual é determinado a partir da parcela não amortizada de bens em serviço pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização), e pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória ou de novos investimentos realizados na concessão.

Cumprir esclarecer que a regulamentação vigente é silente quanto a certas premissas que poderão ser utilizadas pela ANEEL, assim não há como garantir que estes valores serão considerados como indenização no vencimento destes contratos. O valor residual é utilizado pela Companhia como uma aproximação do valor da indenização no ativo de contrato no IFRS. Pelas práticas contábeis adotadas pela Companhia, os valores não são corrigidos pela inflação, isto é, eles seguem os valores históricos (sem correção pela inflação).

Vale destacar que as tratativas para a regulamentação deste tema estão em andamento por meio da Tomada de Subsídios 008/2024 que trata do processo de renovação/relicitação das concessões vincendas nos próximos anos. Foram concluídas as fases na Tomada de Subsídios relativas à regulamentação técnica e metodologia da indenização. A próxima etapa será a abertura da Consulta Pública pela ANEEL com a proposta de resolução normativa que definirá o regramento estabelecido para este processo, cuja data de conclusão prevista atualmente pela ANEEL é o segundo semestre de 2025 (Processo ANEEL 48500.003729/2023-28).

As concessões da TAESA possuem em torno de R\$ 3 bilhões de valor residual, sendo R\$ 2 bilhões na TAESA Consolidado e aproximadamente R\$ 1 bilhão entre os grupos TBE e AIE. Vale mencionar que estes valores são (i) proporcionais à participação da TAESA em cada concessão, (ii) valores futuros no momento do vencimento de cada concessão, (iii) não consideram nenhuma correção pela inflação por serem valores históricos, e (iv) não consideram as concessões leiloadas a partir de 2019, uma vez definida a regra pela ANEEL de que os investimentos iniciais desses projetos devem ser necessariamente amortizados durante o prazo da concessão.

Resultados do 2º trimestre de 2025

4.2. Movimentação do Ativo Contratual (IFRS)



R\$ MM										
Concessão	Taxa Anual*	Ativo Contratual 1T25	Remuneração Ativo Contratual	Correção Monetária Ativo Contratual	Receita de Implementação de Infraestrutura	O&M	Outras Receitas Operacionais	RAP	2T25	
NOVATRANS	10%	1.602,0	52,2	8,4	14,6	48,1	13,6	(142,8)	1.596,0	
TSN	10%	815,4	17,8	(7,6)	17,3	91,1	(4,7)	(114,6)	814,8	
MUNIRAH	11%	63,3	1,5	(0,3)	0,2	6,0	2,5	(10,3)	62,9	
GTESA	11%	28,0	0,7	(0,1)	0,0	0,9	2,8	(4,9)	27,3	
PATESA	8%	119,3	2,2	(0,6)	0,0	2,4	-	(6,5)	116,8	
ETEO	10%	363,3	8,9	(1,9)	0,2	18,3	(0,3)	(37,8)	350,6	
NTE	15%	378,8	13,1	(2,0)	(0,1)	14,9	(0,0)	(33,2)	371,5	
STE	10%	315,3	7,8	(1,7)	0,0	5,9	(0,3)	(18,3)	308,8	
ATE	9%	618,6	13,5	(3,1)	5,1	11,4	0,5	(32,7)	613,2	
ATE II	8%	821,8	16,5	(4,2)	1,0	25,6	(0,1)	(50,3)	810,3	
ATE III ¹³	7%	457,3	7,3	4,6	5,5	13,1	0,6	(25,2)	463,2	
ETAU ³	18%	106,9	1,9	(0,7)	-	3,7	2,2	10,5	124,3	
BRASNORTE ³	6%	251,8	6,8	3,0	-	0,8	1,0	(10,1)	253,3	
SÃO GOTARDO ¹	5%	75,9	1,0	0,9	-	0,3	(0,0)	(1,9)	76,2	
SÃO JOÃO ¹³	5%	689,1	10,5	8,1	-	2,4	0,0	(16,7)	693,4	
SÃO PEDRO ¹³	7%	730,8	11,8	21,8	17,6	2,0	6,1	(23,4)	766,6	
LAGOA NOVA ¹³	9%	148,7	3,3	1,8	-	0,5	(0,0)	(4,2)	150,2	
MARIANA ¹³	6%	278,5	4,0	3,3	-	0,5	(0,0)	(5,7)	280,6	
MIRACEMA ¹³	9%	737,2	16,5	9,1	-	5,4	0,7	(32,7)	736,3	
JANAÚBA ¹³	10%	2.452,3	57,4	30,2	-	6,6	(0,0)	(69,6)	2.477,0	
SANT'ANA ¹³	9%	821,7	18,6	10,1	-	2,0	1,1	(21,88)	831,6	
ANANAÍ ²	7%	1.217,4	-	-	150,1	-	-	-	1.367,5	
PITIGUARI ²	5%	264,1	0,8	0,9	42,7	0,3	(0,1)	(1,2)	307,4	
SAÍRA ²	9%	1.197,5	24,1	12,2	65,6	9,7	(0,0)	(32,6)	1.276,5	
TANGARÁ ²	5%	607,8	-	-	354,9	-	-	-	962,7	
JURUÁ ²	6%	1,0	-	-	0,2	-	-	-	1,2	
AIMORÉS ¹³⁴	8%	540,9	10,3	6,6	-	2,2	0,0	(14,2)	545,8	
PARAGUACÚ ¹³⁴	8%	849,0	15,9	10,4	-	2,6	0,0	(21,2)	856,7	
IVAI ¹²³⁴	8%	2.145,2	39,8	23,8	-	6,2	-	(52,1)	2.162,8	
EATE ⁵	7%	884,5	14,0	(4,9)	0,2	8,2	(0,1)	(47,2)	854,6	
EBTE ¹	4%	435,3	4,8	4,9	-	3,5	(2,4)	(15,2)	430,9	
ECTE	6%	71,6	1,1	(0,4)	-	0,6	(0,0)	(3,9)	69,0	
EDTE ¹³	9%	447,5	9,7	5,5	-	1,5	0,0	(12,4)	451,8	
ENTE	6%	562,4	8,1	(3,1)	0,1	4,2	(0,0)	(24,3)	547,3	
ERTE	5%	118,5	1,5	(0,6)	-	1,5	(0,0)	(5,6)	115,4	
ESDE ¹	7%	74,8	1,2	0,9	-	0,4	(0,2)	(2,5)	74,7	
ESTE ¹³	8%	753,2	14,3	9,1	-	3,3	0,0	(20,1)	759,9	
ETEP	6%	189,2	2,9	0,3	-	2,6	(0,0)	(10,6)	184,3	
ETSE ¹	6%	67,3	1,0	0,8	-	0,3	(0,1)	(1,8)	67,4	
LUMITRANS	5%	60,2	0,7	(0,3)	-	0,6	(0,0)	(2,3)	58,9	
STC ¹	5%	65,1	0,9	0,7	-	1,0	(1,3)	(4,0)	62,5	
TRANSIRAPE ⁵	8%	105,9	2,0	(0,6)	-	0,9	(2,0)	(6,0)	100,2	
TRANSLESTE ⁵	10%	107,7	2,7	(0,6)	-	0,7	(0,0)	(4,8)	105,7	
TRANSUDESTE ⁵	8%	73,8	1,4	(0,4)	-	0,6	(0,0)	(2,9)	72,4	
Total		22.715,7	430,6	144,6	675,0	312,9	19,5	(937,4)	23.360,7	

¹ As RAPs precisam ser adicionadas de PIS/COFINS

² em construção

³ As taxas de remuneração foram ajustadas com base no Ofício Circular CVM nº 04/2020, que trata dos aspectos relevantes do CPC 47 e CPC 48 para as transmissoras.

⁴ Alteração de metodologia de cálculo do ativo contratual impactou o saldo do ativo contratual da AIE no 1T21

⁵ Alteração no saldo do Ativo Contratual do 4T21 devido ao ajuste na metodologia do cálculo de inclusão da participação da EATE nas Transmineiras/TBE.

Resultados do 2º trimestre de 2025



4.3. DRE 2T25

DRE	IFRS			Regulatório			
	R\$ mil	2T25	2T24	Var.%	2T25	2T24	Var.%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA							
Disponibilização do sistema de transmissão	-	-	-	-	688.744	651.044	5,8%
Operação e manutenção	268.399	267.404	0,4%	-	-	-	
Remuneração do ativo contratual de concessão	296.331	285.371	3,8%	-	-	-	
Correção monetária do ativo contratual de concessão	92.991	100.425	-7,4%	-	-	-	
Receita de Implementação de Infraestrutura	674.785	341.407	97,6%	-	-	-	
Outras receitas operacionais	23.572	5.581	322,3%	311	300	3,8%	
Parcela variável	(220)	(6.793)	-96,8%	(220)	(6.793)	-96,8%	
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	1.355.859	993.395	36,5%	688.835	644.550	6,9%	
PIS e COFINS	(68.243)	(56.109)	21,6%	(41.762)	(38.699)	7,9%	
ISS	(94)	(88)	5,8%	(94)	(88)	5,8%	
ICMS	(10)	(1)	966,7%	(10)	(1)	966,7%	
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(25.684)	(26.091)	-1,6%	(25.710)	(26.091)	-1,5%	
Outras deduções	-	-	-	-	-	-	
Deduções da receita operacional bruta	(94.030)	(82.289)	14,3%	(67.576)	(64.879)	4,2%	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.261.829	911.106	38,5%	621.259	579.671	7,2%	
Pessoal	(63.816)	(62.104)	2,8%	(63.816)	(62.104)	2,8%	
Material	(501.235)	(299.067)	67,6%	(2.306)	(1.876)	23,0%	
Serviços de terceiros	(25.847)	(27.039)	-4,4%	(25.847)	(27.039)	-4,4%	
Outras despesas operacionais	(7.571)	(2.942)	157,3%	(7.561)	(3.487)	116,9%	
Custos e Despesas	(598.469)	(391.153)	53,0%	(99.531)	(94.506)	5,3%	
Depreciação e amortização	(9.540)	(5.295)	80,2%	(102.155)	(87.310)	17,0%	
Custos, Despesas e D&A	(608.010)	(396.448)	53,4%	(201.686)	(181.816)	10,9%	
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-	-	-	-	-	-	
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	653.819	514.657	27,0%	419.574	397.855	5,5%	
Resultado de equivalência patrimonial	118.861	131.873	-9,9%	105.745	97.620	8,3%	
Receita financeira	31.096	29.570	5,2%	31.096	29.570	5,2%	
Renda de aplicação financeira	24.100	28.330	-14,9%	24.100	28.330	-14,9%	
Outras Receitas financeiras	6.996	1.240	464,1%	6.996	1.240	464,1%	
Despesas financeiras	(258.248)	(232.484)	11,1%	(258.220)	(232.431)	11,1%	
Empréstimos e financiamentos	13.863	(48.474)	-	13.863	(48.474)	-	
- Juros incorridos	(6.672)	(7.824)	-14,7%	(6.672)	(7.824)	-14,7%	
- Variações monetárias	-	-	-	-	-	-	
- Variação cambial	20.307	(37.611)	-	20.307	(37.611)	-	
- Ajuste ao valor justo	228	(3.039)	-	228	(3.039)	-	
Instrumentos financeiros derivativos	(8.937)	60.296	-	(8.937)	60.296	-	
- Juros incorridos	11.024	11.089	-0,6%	11.024	11.089	-0,6%	
- Variação cambial	(19.734)	46.168	-	(19.734)	46.168	-	
- Variações monetárias	-	-	-	-	-	-	
- Ajuste ao valor justo	(228)	3.039	-	(228)	3.039	-	
Debêntures	(262.823)	(237.232)	10,8%	(262.823)	(237.232)	10,8%	
- Juros incorridos	(212.962)	(186.237)	14,4%	(212.962)	(186.237)	14,4%	
- Variações monetárias	(49.861)	(50.996)	-2,2%	(49.861)	(50.996)	-2,2%	
- Marcação a Mercado	-	-	-	-	-	-	
Despesa Financeira – Arrendamento	(28)	(54)	-47,4%	-	-	-	
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(322)	(7.021)	-95,4%	(322)	(7.021)	-95,4%	
Resultado financeiro	(227.152)	(202.914)	11,9%	(227.124)	(202.860)	12,0%	
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	545.529	443.616	23,0%	298.196	292.614	1,9%	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(35.510)	(40.477)	-12,3%	1.233	1.415	-12,9%	
RESULTADO DO EXERCÍCIO	510.019	403.139	26,5%	299.429	294.030	1,8%	
EBITDA	663.360	519.953	27,6%	521.729	485.165	7,5%	
Margem EBITDA	52,6%	57,1%	-4,5 pp	84,0%	83,7%	0,3 pp	

Resultados do 2º trimestre de 2025



4.4. DRE 6M25

DRE

	R\$ mil	IFRS			Regulatório		
		6M25	6M24	Var.%	6M25	6M24	Var.%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA							
Disponibilização do sistema de transmissão	-	-	-	-	1.358.361	1.310.570	3,6%
Operação e manutenção	536.654	534.808	0,3%	-	-	-	
Remuneração do ativo contratual de concessão	588.171	571.392	2,9%	-	-	-	
Correção monetária do ativo contratual de concessão	324.522	235.328	37,9%	-	-	-	
Receita de Implementação de Infraestrutura	942.783	460.505	104,7%	-	-	-	
Outras receitas operacionais	37.218	19.644	89,5%	744	599	24,1%	
Parcela variável	(6.970)	(26.689)	-73,9%	(6.970)	(26.689)	-73,9%	
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	2.422.378	1.794.988	35,0%	1.352.135	1.284.480	5,3%	
PIS e COFINS	(125.394)	(101.181)	23,9%	(80.659)	(75.732)	6,5%	
ISS	(249)	(182)	36,5%	(249)	(182)	36,5%	
ICMS	(72)	(11)	562,1%	(72)	(11)	562,1%	
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(51.941)	(53.022)	-2,0%	(51.968)	(53.022)	-2,0%	
Outras deduções	-	-	-	-	-	-	
Deduções da receita operacional bruta	(177.656)	(154.397)	15,1%	(132.948)	(128.948)	3,1%	
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.244.722	1.640.592	36,8%	1.219.188	1.155.532	5,5%	
Pessoal	(125.994)	(128.569)	-2,0%	(125.994)	(128.569)	-2,0%	
Material	(792.110)	(380.665)	108,1%	(3.418)	(3.322)	2,9%	
Serviços de terceiros	(43.778)	(47.581)	-8,0%	(43.778)	(47.581)	-8,0%	
Outras despesas operacionais	(14.333)	(7.493)	91,3%	(14.647)	(14.038)	4,3%	
Custos e Despesas	(976.215)	(564.308)	73,0%	(187.837)	(193.511)	-2,9%	
Depreciação e amortização	(17.428)	(9.922)	75,6%	(192.535)	(175.623)	9,6%	
Custos, Despesas e D&A	(993.643)	(574.231)	73,0%	(380.372)	(369.134)	3,0%	
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	-	-	-	-	-	-	
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	1.251.079	1.066.361	17,3%	838.815	786.398	6,7%	
Resultado de equivalência patrimonial	288.978	289.099	0,0%	204.246	206.231	-1,0%	
Receita financeira	52.866	55.726	-5,1%	52.866	55.726	-5,1%	
Renda de aplicação financeira	44.268	52.226	-15,2%	44.268	52.226	-15,2%	
Outras Receitas financeiras	8.598	3.500	145,7%	8.598	3.500	145,7%	
Despesas financeiras	(624.309)	(560.606)	11,4%	(624.246)	(560.492)	11,4%	
Empréstimos e financiamentos	39.334	(60.492)	-	39.334	(60.492)	-	
- Juros incorridos	(12.949)	(15.013)	-13,7%	(12.949)	(15.013)	-13,7%	
- Variações monetárias	-	-	0,0%	-	-	0,0%	
- Variação cambial	50.148	(47.712)	-	50.148	(47.712)	-	
- Ajuste ao valor justo	2.136	2.234	-4,4%	2.136	2.234	-4,4%	
Instrumentos financeiros derivativos	(55.710)	53.458	-	(55.710)	53.458	-	
- Juros incorridos	1.316	3.759	-65,0%	1.316	3.759	-65,0%	
- Variação cambial	(54.890)	51.933	-	(54.890)	51.933	-	
- Variações monetárias	-	-	-	-	-	-	
- Ajuste ao valor justo	(2.136)	(2.234)	-4,4%	(2.136)	(2.234)	-4,4%	
Debêntures	(603.247)	(540.514)	11,6%	(603.247)	(540.514)	11,6%	
- Juros incorridos	(416.848)	(369.820)	12,7%	(416.848)	(369.820)	12,7%	
- Variações monetárias	(186.399)	(170.694)	9,2%	(186.399)	(170.694)	9,2%	
- Marcação a mercado	-	-	-	-	-	-	
Despesa Financeira – Arrendamento	(62)	(114)	-45,2%	-	-	-	
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(4.623)	(12.945)	-64,3%	(4.623)	(12.945)	-64,3%	
Resultado financeiro	(571.442)	(504.880)	13,2%	(571.380)	(504.766)	13,2%	
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	968.615	850.580	13,9%	471.682	487.863	-3,3%	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(93.435)	(72.741)	28,4%	16.023	(4.317)	-	
RESULTADO DO EXERCÍCIO	875.180	777.839	12,5%	487.705	483.546	0,9%	
EBITDA	1.268.507	1.076.283	17,9%	1.031.350	962.021	7,2%	
Margem EBITDA	56,5%	65,6%	-9,1 pp	84,6%	83,3%	1,3 pp	

Resultados do 2º trimestre de 2025



4.5. DRE Regulatório 2T25 (Subsidiárias)

A diferença entre o resultado de equivalência patrimonial na TAESA e a soma do resultado da ETAU, TBE, Aimorés, Paraguaçu e Ivaí se deve à amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

DRE Regulatório

R\$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Disponibilização do sistema de transmissão	10.471	163.650	14.227	21.235	52.109
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	-
Parcela variável	(73)	(15)	-	(43)	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	10.398	163.634	14.227	21.192	52.109
PIS e COFINS	(434)	(8.746)	(1.316)	(2.100)	(4.820)
ISS	-	-	-	-	-
ICMS	-	-	-	-	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(428)	(4.660)	(172)	(260)	(644)
Outras deduções	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(862)	(13.407)	(1.488)	(2.359)	(5.464)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	9.536	150.228	12.739	18.832	46.645
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS					
Pessoal	(805)	(10.184)	(422)	(681)	(401)
Material	(27)	(505)	(3)	(11)	(29)
Serviços de terceiros	(513)	(3.566)	(254)	(360)	(1.709)
Outras despesas operacionais	(196)	(13.647)	(171)	(42)	(136)
Custos e Despesas	(1.541)	(27.902)	(850)	(1.093)	(2.274)
Depreciação e amortização	(915)	(15.666)	(1.399)	(2.366)	(6.731)
Custos, Despesas e D&A	(2.456)	(43.568)	(2.249)	(3.459)	(9.005)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	7.080	106.659	10.491	15.373	37.640
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	497	4.249	629	1.466	6.563
Despesas financeiras	(27)	(38.502)	(165)	(344)	(31.110)
Resultado financeiro	470	(34.253)	464	1.122	(24.546)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	7.550	72.406	10.955	16.495	13.093
Imposto de Renda e Contribuição Social	(534)	(7.407)	(1.050)	(1.311)	(4.452)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	7.016	64.999	9.904	15.184	8.641
EBITDA	7.995	122.326	11.890	17.739	44.370
Margem EBITDA	83,8%	81,4%	93,3%	94,2%	95,1%

Resultados do 2º trimestre de 2025



4.6. DRE Regulatório 6M25 (Subsidiárias)

DRE Regulatório

R\$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Disponibilização do sistema de transmissão	20.942	327.348	28.455	42.469	104.981
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	-
Parcela variável	(73)	(553)	(0)	(447)	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	20.868	326.796	28.455	42.022	104.981
PIS e COFINS	(832)	(17.465)	(2.624)	(4.154)	(9.711)
ISS	-	-	-	-	-
ICMS	-	-	-	-	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(856)	(9.309)	(352)	(529)	(1.295)
Outras deduções	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(1.688)	(26.774)	(2.977)	(4.683)	(11.006)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	19.180	300.021	25.478	37.340	93.975
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS					
Pessoal	(1.612)	(17.965)	(881)	(1.419)	(839)
Material	(41)	(1.072)	(17)	(17)	(61)
Serviços de terceiros	(1.041)	(6.750)	(558)	(630)	(3.503)
Outras despesas operacionais	(280)	(2.790)	(221)	(118)	(580)
Custos e despesas	(2.973)	(28.578)	(1.677)	(2.184)	(4.982)
Depreciação e amortização	(1.812)	(29.025)	(2.721)	(4.652)	(13.543)
Custos, Despesas e D&A	(4.786)	(57.602)	(4.398)	(6.836)	(18.525)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	14.394	242.419	21.080	30.504	75.450
Resultado de equivalência patrimonial					
Renda de aplicação financeira	887	10.712	870	2.353	11.367
Juros Incorridos	-	-	-	(268)	-
Despesas financeiras	(17)	(82.013)	(206)	(232)	(69.803)
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	-	(1.249)	-	-	(484)
Resultado financeiro	800	(71.301)	664	1.853	(58.436)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	15.194	171.118	21.744	32.357	17.014
Imposto de Renda e Contribuição Social	(994)	(13.780)	(2.307)	(3.022)	(5.785)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	14.201	157.338	19.437	29.335	11.229
EBITDA	16.206	542.440	23.801	35.156	88.993
Margem EBITDA	84,5%	180,8%	93,4%	94,2%	94,7%

Resultados do 2º trimestre de 2025



4.7. DRE IFRS 2T25 (Subsidiárias)

DRE IFRS

R\$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Operação e manutenção	3.680	29.881	2.195	2.563	6.156
Remuneração do ativo contratual de concessão	1.854	66.364	10.295	15.912	39.810
Correção monetária do ativo contratual de concessão	(719)	11.424	6.642	10.437	23.778
Receita de Implementação de Infraestrutura	-	241	-	-	-
Outras receitas operacionais	2.182	5.941	0	0	-
Parcela variável	(73)	(15)	-	(43)	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	6.923	113.836	19.133	28.870	69.744
PIS e COFINS	(301)	(7.374)	(1.760)	(2.796)	(6.451)
ISS	-	-	-	-	-
ICMS	-	-	-	-	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(428)	(4.660)	(172)	(260)	(644)
Outras deduções	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(728)	(12.034)	(1.932)	(3.056)	(7.095)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	6.194	101.802	17.201	25.814	62.649
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS					
Pessoal	(805)	(10.184)	(422)	(681)	(401)
Material	(275)	356	(3)	(131)	(42)
Serviços de terceiros	(513)	(3.566)	(254)	(360)	(1.709)
Outras despesas operacionais	(196)	-	(165)	(33)	(136)
Custos e Despesas	(1.789)	(13.394)	(844)	(1.205)	(2.287)
Depreciação e amortização	(23)	(1.436)	(17)	(30)	(29)
Custos, Despesas e D&A	(1.812)	(14.830)	(861)	(1.235)	(2.317)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	4.382	86.972	16.340	24.579	60.333
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	497	4.249	629	1.466	6.563
Despesas financeiras	(27)	(38.502)	(167)	(346)	(31.110)
Resultado financeiro	470	(34.253)	463	1.120	(24.546)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	4.852	52.719	16.802	25.699	35.786
Imposto de Renda e Contribuição Social	(427)	2.365	(3.039)	(4.440)	(11.456)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	4.425	55.084	13.764	21.259	24.330
EBITDA	4.406	88.408	16.357	24.609	60.362
Margem EBITDA	71,1%	86,8%	95,1%	95,3%	96,3%

Resultados do 2º trimestre de 2025



4.8. DRE IFRS 6M25 (Subsidiárias)

DRE IFRS

R\$ mil	ETAU	TBE	Aimorés	Paraguaçu	Ivaí
RECEITA OPERACIONAL BRUTA					
Operação e manutenção	7.360	59.763	4.391	5.126	13.076
Remuneração do ativo contratual de concessão	3.717	132.626	20.418	31.559	78.971
Correção monetária do ativo contratual de concessão	1.966	88.224	16.865	26.505	63.242
Receita de Implementação de Infraestrutura	-	695	-	-	-
Outras receitas operacionais	4.364	11.931	(0)	0	-
Parcela variável	(73)	(553)	(0)	(447)	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	17.333	292.686	41.674	62.743	155.290
PIS e COFINS	(690)	(17.730)	(3.828)	(6.043)	(14.364)
ISS	-	-	-	-	-
ICMS	-	-	-	-	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(856)	(9.309)	(352)	(529)	(1.295)
Outras deduções	-	-	-	-	-
Deduções da receita operacional bruta	(1.546)	(27.039)	(4.180)	(6.572)	(15.659)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15.787	265.647	37.494	56.171	139.630
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS					
Pessoal	(1.612)	(17.965)	(881)	(1.419)	(839)
Material	(312)	(2.877)	(17)	(137)	(74)
Serviços de terceiros	(1.041)	(6.750)	(558)	(630)	(3.503)
Outras despesas operacionais	(280)	(2.563)	(210)	(101)	(580)
Custos e despesas	(3.245)	(30.155)	(1.666)	(2.287)	(4.995)
Depreciação e amortização	(36)	(623)	(30)	(53)	(59)
Custos, Despesas e D&A	(3.281)	(30.778)	(1.695)	(2.339)	(5.054)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	12.506	234.868	35.799	53.832	134.576
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-
Renda de aplicação financeira	887	10.712	870	2.288	11.367
Juros Incorridos	-	-	-	-	-
Despesas financeiras	-	(82.013)	(208)	(439)	(69.803)
Outras Despesas Financeiras - Líquidas de Receitas	(87)	(1.249)	(57)	(166)	(484)
Resultado financeiro	800	(71.301)	662	1.849	(58.436)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	13.306	163.567	36.461	55.681	76.140
Imposto de Renda e Contribuição Social	(885)	(11.156)	(7.311)	(10.953)	(25.871)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	12.422	152.411	29.149	44.728	50.269
EBITDA	12.542	235.492	35.829	53.885	134.635
Margem EBITDA	79,4%	88,6%	95,6%	95,9%	96,4%

Resultados do 2º trimestre de 2025



4.9. Conciliação DRE IFRS x Regulatório

DRE 6M25 (em R\$ milhões)	SOCIETÁRIO				Conciliação SOC x REG	REGULATÓRIO			
	TAESA consolidado	Coligadas e joint ventures	Eliminações	TAESA consolidado proforma		TAESA consolidado proforma	TAESA consolidado	Coligadas e joint ventures	Eliminações
RAP	(0)	(0)	-	(0)	1.883	1.883	1.358	524	-
Remuneração do ativo de contrato de concessão	588	267	-	855	(855)	-	-	-	-
Correção monetária do ativo de contrato de concessão	325	197	-	521	(521)	-	-	-	-
Operação e manutenção	537	90	-	626	(626)	-	-	-	-
Implementação de infraestrutura	943	1	-	943	(943)	-	-	-	-
Parcela variável	(7)	(1)	-	(8)	-	(8)	(7)	(1)	-
Outras receitas	37	16	-	54	(53)	1	1	-	-
Receita bruta	2.422	570	-	2.992	(1.117)	1.875	1.352	523	-
Deduções da receita bruta	(178)	(55)	-	(233)	53	(180)	(133)	(47)	-
Receita operacional líquida - ROL	2.245	515	-	2.759	(1.064)	1.695	1.219,2	476	-
Pessoal	(126)	(23)	-	(149)	-	(149)	(126)	(23)	-
Materiais	(792)	(3)	-	(796)	791	(5)	(3)	(1)	-
Serviço de terceiros	(44)	(12)	-	(56)	-	(56)	(44)	(12)	-
Outros	(14)	(4)	-	(18)	(1)	(19)	(15)	(4)	-
EBITDA	1.269	472	-	1.741	(274)	1.467	1.031	436	-
Margem EBITDA	56,5%	91,8%	n/a	63,1%	23,4%	86,5%	84,6%	91,5%	n/a
Depreciação e amortização	(17)	(1)	-	(18)	(253)	(272)	(193)	(79)	-
Resultado operacional	1.251	472	-	1.723	(527)	1.195	839	357	-
Resultado de equivalência patrimonial	289	-	(289)	-	-	-	204	-	(204)
Resultado financeiro	(571)	(126)	-	(698)	0	(698)	(571)	(126)	-
Resultado antes dos impostos - LAIR	969	345	(289)	1.025	(527)	498	472	230	(204)
Impostos e contribuições sociais	(93)	(56)	-	(150)	140	(10)	16	(26)	-
Lucro líquido	875	289	(289)	875	(387)	488	488	204	(204)

Conciliação EBITDA IFRS x Regulatório

R\$ MM	2T25
EBITDA Societário	1.741
(-) Correção monetária - IFRS 15	(521)
(-) Receita de construção - IFRS 15	(943)
(-) Receita financeira - IFRS 15	(855)
(-) Receita de O&M e outras	(679)
(+) RAP	1.883
(+/-) PIS/COFINS diferidos	53
(+) CAPEX operacional	791
(+/-) Provisão - Contrato oneroso	1.883
(+/-) Outros efeitos societários	(1.883)
EBITDA Regulatório	1.467

Resultados do 2º trimestre de 2025

4.10. Balanço Patrimonial

Balanço Patrimonial			
R\$ mil	2T25		2T25
	IFRS	Ajustes	Regulatório
Ativos			
Caixa e Equivalentes de Caixa	432.835	-	432.835
Títulos e Valores Mobiliários	464.048	-	464.048
Clientes	257.427	-	257.427
Ativo contratual de concessão	1.587.970	1.587.970	-
Impostos e contribuições sociais	217.389	-	217.389
Cauções e depósitos vinculados	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	12.881	-	12.881
Dividendos e JCP a receber	97.701	-	97.701
Estoque	17.835	-	17.835
Outras contas a receber	168.681	-	168.681
Total do Ativo Circulante	3.256.767	1.587.970	1.668.797
Títulos e Valores Mobiliários - Não circulante	5.405	-	5.405
Ativo contratual de concessão	14.134.280	14.134.280	-
Tributos Diferidos	-	(14.201)	14.201
Impostos e Contribuições Diferidos	-	(2.725)	2.725
Impostos e contribuições sociais	-	-	-
Investimentos	3.549.520	2.537.804	1.011.716
Clientes	23.178	-	23.178
Depósitos judiciais	143.220	-	143.220
Instrumentos financeiros derivativos	2.947	-	2.947
Outras contas a receber	35.357	-	35.357
Imobilizado	227.106	(8.971.609)	9.198.715
Intangível	184.988	(533.713)	718.701
Direito de uso	598	598	-
Total do Ativo Não Circulante	18.306.599	7.150.434	11.156.165
Total do Ativo	21.563.366	8.738.404	12.824.962
Passivos			
Fornecedores	283.639	-	283.639
Impostos e contribuições sociais	48.577	-	48.577
Empréstimos e financiamentos	390.017	-	390.017
Debêntures	1.464.532	-	1.464.532
Passivo de arrendamento	787	787	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Dividendos e JCP a pagar	272.255	-	272.255
Taxas regulamentares	49.305	-	49.305
Outras contas a pagar	135.270	4.279	130.991
Total do Passivo Circulante	2.644.382	5.066	2.639.316
Empréstimos e financiamentos	40.095	-	40.095
Debêntures	8.412.912	-	8.412.912
Passivo de arrendamento	368	368	-
Instrumentos financeiros derivativos	116.865	-	116.865
Impostos e contribuições diferidos	1.480.022	1.466.178	13.844
Tributos diferidos	839.610	839.610	-
Provisão para contingências	183.124	2.594	180.530
Provisão para desmobilização de ativos	33	33	-
Obrigações especiais	-	(38.328)	38.328
Fornecedores	2.039	-	2.039
Outras contas a pagar	231.548	-	231.548
Total do Passivo Não Circulante	11.306.616	2.270.455	9.036.161
Patrimônio Líquido			
Capital social realizado	3.067.535	-	3.067.535
Custos de transações com acionistas	(25.500)	-	(25.500)
Reserva de capital	598.736	4.229	594.507
Reserva de lucros	3.328.565	-	3.328.565
Dividendos adicionais propostos	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	(43.872)	-	(43.872)
Reserva AFAC	-	-	-
Dividendos Intercalares e Juros sobre Capital Próprio	(188.276)	-	(188.276)
Lucros (prejuízos) acumulados	-	6.071.179	(6.071.179)
Resultado do período	875.180	387.475	487.705
Atribuído a participação dos acionistas controladores	7.612.368	6.462.883	1.149.485
Participação de acionistas não controladores	-	-	-
Total do Patrimônio Líquido	7.612.368	6.462.883	1.149.485
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	21.563.366	8.738.404	12.824.962

Resultados do 2º trimestre de 2025

4.11. Fluxo de Caixa Regulatório

Fluxo de Caixa	
	6M25
R\$ mil	Regulatório
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Resultado do período	487.705
Resultado de equivalência patrimonial	(204.246)
Depreciação e amortização	192.535
Amortização de direito de uso	-
Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis	3.962
Provisão (Reversão) para compensação ambiental	3
Receita de aplicações financeiras	(4.673)
Custo Implementação - provisão fornecedores	-
Juros, var monet e cambiais liq e mtm sobre emprest e Financ	(39.335)
Juros e variações monetárias sobre debêntures	603.247
Juros passivo de arrendamento	-
Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos	55.710
Imposto de renda e contribuição social correntes	13.374
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(29.397)
Tributos diferidos	3.087
Remuneração do ativo contratual de concessão	-
Correção monetária do ativo contratual de concessão	-
Receita de Implementação de Infraestrutura	-
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	8.766
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais	(6.989)
Despesa de atualização monetária de contingências	7.110
Provisão contrato oneroso	-
Provisão (Reversão) para parcela variável	(12.125)
	1.078.734
Variações nos ativos e passivos:	
(Aumento) Redução no saldo de clientes	(3.210)
(Aumento) Redução no saldo do ativo contratual de concessão	-
(Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos	63.180
(Aumento) Redução no saldo de imp e contrib diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de outros créditos	(113.347)
Aumento (Redução) no saldo de fornecedores	84.726
Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares	4.257
Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar	(28.526)
Dividendos recebidos das controladas	-
Dividendos e JCP recebidos das control em conjunto e colig	340.373
	347.453
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	1.426.187
Imposto de renda e contribuição social pagos	(9.696)
Caixa liq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	1.416.491
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
(Aumento) Redução no saldo de DTVM e outros investimentos	(459.040)
(Adições) Baixas no imobilizado e intangível	(801.073)
Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido	-
Aquisição de controladas em conjunto	-
Aquisição de coligadas	-
Aumento de capital em controladas em conjunto	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	-
Caixa liq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos	(1.260.113)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Captação de empréstimos e financiamentos	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(1.816)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(14.040)
Captação de debêntures	621.198
Pagamento de debêntures - principal	(314.200)
Pagamento de debêntures - juros	(345.958)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros	-
Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ	8.284
Pagamento de passivo de arrendamento	-
Aquisição de Participação de Controlada	-
Pagamento de dividendos e JCP	(427.987)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-
Aumento de capital	-
Outros	-
Caixa liq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento	(474.519)
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(318.141)
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	750.976
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	432.835
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(318.141)

Resultados do 2º trimestre de 2025



4.12. Fluxo de Caixa IFRS

Fluxo de Caixa	
	6M25
R\$ mil	IFRS
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Resultado do período	875.180
Resultado de equivalência patrimonial	(288.978)
Depreciação e amortização	16.932
Amortização de direito de uso	497
Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis	3.962
Provisão (Reversão) para compensação ambiental	3
Receita de aplicações financeiras	(4.673)
Custo Implementação - provisão fornecedores	749.413
Juros, var monet e cambiais liq e mtm sobre emprest e Financ	(39.334)
Juros e variações monetárias sobre debêntures	603.247
Juros passivo de arrendamento	64
Ganho (Perda) Instrumentos financeiros derivativos	55.706
Imposto de renda e contribuição social correntes	13.374
Imposto de renda e contribuição social diferidos	80.061
Tributos diferidos	47.822
Remuneração do ativo contratual de concessão	(588.170)
Correção monetária do ativo contratual de concessão	(324.522)
Receita de Implementação de Infraestrutura	(942.783)
Ganhos (perdas) nas aquisições de empresas	8.766
Receita de atualização monetária de depósitos judiciais	(6.989)
Despesa de atualização monetária de contingências	7.110
Provisão contrato oneroso	-
Provisão (Reversão) para parcela variável	(12.125)
	254.563
Variações nos ativos e passivos:	
(Aumento) Redução no saldo de clientes	(3.210)
(Aumento) Redução no saldo do ativo contratual de concessão	785.233
(Aumento) Redução no saldo de imp e contr sociais líquidos	63.180
(Aumento) Redução no saldo de imp e contrib diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de tributos diferidos	-
(Aumento) Redução no saldo de outros créditos	(113.347)
Aumento (Redução) no saldo de fornecedores	(664.700)
Aumento (Redução) no saldo de taxas regulamentares	4.230
Aumento (Redução) no saldo de outras contas a pagar	(28.526)
Dividendos recebidos das controladas	-
Dividendos e JCP recebidos das control em conjunto e colig	340.373
	383.233
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	637.796
Imposto de renda e contribuição social pagos	(9.696)
Caixa liq. gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	628.100
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
(Aumento) Redução no saldo de DTVM e outros investimentos	(459.040)
(Adições) Baixas no imobilizado e intangível	(12.385)
Aquisição de controladas, líquido do caixa adquirido	-
Aquisição de controladas em conjunto	-
Aquisição de coligadas	-
Aumento de capital em controladas em conjunto	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	-
Caixa liq. gerado (aplicado) das atividades de investimentos	(471.425)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	
Captação de empréstimos e financiamentos	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(1.816)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(14.040)
Captação de debêntures	621.198
Pagamento de debêntures - principal	(314.200)
Pagamento de debêntures - juros	(345.958)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros	-
Recebimento (pagamento) na liquidação de instrumentos financ	8.284
Pagamento de passivo de arrendamento	(297)
Aquisição de Participação de Controlada	-
Pagamento de dividendos e JCP	(427.987)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-
Aumento de capital	-
Outros	-
Caixa liq. aplicado (gerado) nas atividades de financiamento	(474.816)
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(318.141)
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	750.976
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	432.835
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(318.141)

Resultados do 2º trimestre de 2025



Aviso Legal

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia são elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), definidas neste documento como Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente. A apresentação dessas informações está condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras.

No Resultado Regulatório a seguir apresentado, preparado com base na estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, emitido pela ANEEL, todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão e subestações são registrados como ativo imobilizado e os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 (IFRS 15) são eliminados, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação dessa interpretação.

É importante mencionar que o Resultado Regulatório é auditado anualmente na entrega das demonstrações contábeis regulatórias à ANEEL. Portanto, o prazo para conclusão da auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCRs) se encerram em 30 de abril de cada exercício, ou seja, assuntos relacionados especificamente à contabilidade regulatória divulgados anteriormente a conclusão das DCRs são passíveis de alterações.

Para facilitar o entendimento das informações apresentadas neste documento, os termos associados às palavras Regulatório(a) e IFRS seguem os mesmos princípios e estrutura definidos acima para o Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente.

Em linha com as normas contábeis, a TAESA não consolida proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas. Dessa forma, os resultados da ETAU, do grupo AIE (Aimorés, Paraguaçu e Ivaí) e do grupo TBE são contabilizados na linha de equivalência patrimonial tanto no Resultado IFRS quanto no Regulatório.

A declaração de dividendos da TAESA, para efeitos de cumprimento da legislação e do estatuto social da TAESA, é feita com base no Resultado IFRS auditado pelos auditores e aprovado em Reunião do Conselho de Administração e Assembleia Geral Ordinária.

As informações financeiras e operacionais incluídas nesta discussão de resultados são sujeitas a arredondamentos e, como consequência, os valores totais apresentados nas tabelas e gráficos neste documento podem diferir da agregação numérica direta dos valores que os precedem.